



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
AUTENTICADO A MÁQUINA  
EM INVÓLUCRO SECURIZADO  
DE PLÁSTICO  
PODE ABIR-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL

Não deixes  
que te roubem  
o futuro!  
**Não te resignes**

**LUTA!**



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA

# JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira  
Mensal | n° 255 | Novembro/Dezembro '11 | 0,50 Euros

**GREVE GERAL**  
Professores aderiram em força

**MANIFESTAÇÃO  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
180.000 manifestaram-se em Lisboa

**ALTERAÇÕES CURRICULARES**  
"Dia D"

# AUSTERIDADE RUINOSA

empobrece o país e põe em causa  
funções sociais do estado



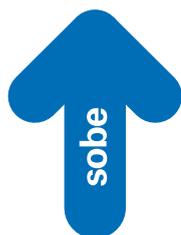
## Reclamar juridicamente do roubo de metade do subsídio de Natal



Prazo para reclamar: 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao do pagamento da metade não roubada do subsídio de Natal. Deve ser entregue no serviço de finanças do domicílio fiscal do contribuinte, contra entrega de recibo comprovativo ou cópia da reclamação, assinada e carimbada, ou enviada por correio registado c/ Aviso de Recepção (guardando uma cópia da reclamação, bem como dos talões dos CTT), e dirigida ao Director de Finanças da competente direcção regional (de finanças). ●

Um autêntico saque institucionalmente organizado que não poderá merecer a nossa cumplicidade, ainda que por omissão. Assim, a FENPROF continuará a lutar contra estes actos de verdadeiro terrorismo social, organizando a luta na rua e recorrendo a outros meios, designadamente jurídicos.

Assim, a partir de 23 de Novembro (dia em que aos docentes foi paga a metade não roubada do subsídio de Natal), a FENPROF começou a divulgação, na sua página electrónica, de três minutas que os docentes e investigadores poderão utilizar, bem como outros trabalhadores, desde que devidamente adaptadas.



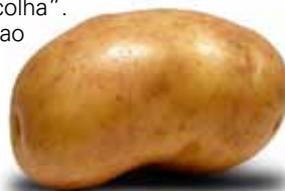
### Greve Geral

Podem fingir que não viram, mas os governantes sabem que não houve aviões, barcos, comboios, autocarros, metro, escola, consultas, laboração nas fábricas do Parque Industrial de Palmela ou nas do capitalista Amorim e em muitos outros locais de trabalho. Além disso, os governantes também sabem por que estava aberto o café da esquina, o restaurante ou a padaria, conhecendo o estado de espírito de muitos dos que nesse dia ali trabalhavam. A Greve Geral foi, por isso, **uma** grande resposta dos portugueses ao Orçamento de Agressão. **Uma...** porque outras respostas se seguirão. Parar a luta seria aceitar a violência chamada austeridade e acabar esmagado, mas isso não irá acontecer. ●



### O "rigor" do governo

Que o rigor, para o governo, era uma batata, já todos tínhamos percebido. Os atuais governantes chegaram ao poder colando-se às reivindicações justas do povo e prometendo outros caminhos, mas bastou que chegassem ao poder para que todos percebessem o logro. A esse propósito, Coelho fala de uma situação que desconhecia; Portas não fala porque só viaja; Relvas fala muito mas diz pouco; Crato fala, sobretudo, da missão que assume: substituir o conceito constitucional de Escola Pública pelo de "liberdade de escolha". Para quem ainda pudesse dar ao governo e ao seu "rigor" o benefício da dúvida, percebeu, pelos 1,5% de adesão que este conseguiu ver na Educação, que não restam dúvidas: o rigor é uma batata. ●



## Em foco

04

**OE 2012 para a Educação**  
Panorama assustador!

04

**12 propostas da FENPROF**

Para evitar ruturas nas escolas e o colapso do sistema educativo, mas tendo em conta o atual quadro de crise

07

**Alterações curriculares**  
"Dia D"

**Ação**

08

**Greve Geral**

**Atualidade**

12

**Desemprego e subemprego**

Um milhão de portugueses afetados!

13

**Manifestação Geral**

**Ensino Superior**

16

**3.ª Conferência Nacional**

**JPO**

18

**Entrevista**

António Martins  
(Universidade de Coimbra)

**JPO**

**Serviços Públicos**

20

Encontro sobre o Estado, Administração Pública e Direitos Sociais

**Luís Lobo**

21

Uma escola democrática para um país justo, solidário, desenvolvido e soberano

**Internacional**

26

Madrid: FENPROF na Jornada Internacional em Defesa da Educação Pública

28

Solidariedade internacional com a luta dos professores portugueses

**Divulgação**

30

1.ª a 4.ª classes e classe operária  
Novíssimo Livro de Leitura



ficha  
técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198  
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redação: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélcio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 58.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial - R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**O beijo de Judas, ou melhor, de Crato aos professores assenta em vários equívocos, é perigoso e parte de uma mentira para se esgotar em outra ainda mais perversa. Não, senhor ministro, os professores não aceitam essas medidas porque não se responde à crise com mais crise.**



## O beijo de Judas

**S**em pejo, decoro ou vergonha, o governo divulgou que a adesão à Greve Geral, na Educação, foi de 1,5%. Qualquer coisa como cerca de 3.600 trabalhadores em todo o país, entre docentes e não docentes, incluindo o ensino superior e a própria administração educativa nacional e regional. Se a ausência de rigor, da parte do ministro e do chefe do governo, não surpreende, podiam, ao menos, o decoro e a decência ter influenciado positivamente os governantes... mas tal não aconteceu.

No dia, percebeu-se mal a intenção, pois tão baixa era a percentagem divulgada que nem sequer era credível. Bastava ver a quantidade de escolas fechadas (13, segundo o governo) e as centenas de milhar de alunos sem aulas para perceber a mentira tornada pública. Contudo, no dia seguinte tornou-se clara a razão de tão disparatados números. Bastou, para tanto, ouvir Nuno Crato, questionado sobre a Greve Geral, tecer rasgados elogios aos professores por revelarem acordo com as medidas do governo para a Educação, compreendendo a crise e a alegada inevitabilidade das mesmas.

Com aquela curta declaração, o ministro revelava por que, na véspera, o MEC reduzia a greve praticamente ao grau zero da inexistência: para afirmar que os professores compreendiam, aceitavam e concordavam com os cortes salariais, o roubo dos subsídios, as mexidas curriculares que visam provocar desemprego, os encerramentos de escolas, os mega-agrupamentos, o aumento do número de alunos por turma ou a extinção de projetos educativos específicos sempre, mas sempre, com o mesmo objetivo que é o de

afastar docentes e não docentes do sistema, remetendo-os para o desemprego ou a mobilidade especial, ainda que desta raia resulte a desqualificação do próprio sistema.

Questão de fundo, também, que o atual governo não nega e Nuno Crato assume é a substituição do paradigma da Escola Pública, consagrado na Constituição da República Portuguesa, pelo da "liberdade de escolha", elegendo como referência o anquilosado sistema norte-americano. Um sistema estratificado e discriminatório, recorde-se: por um lado, altamente qualificado, dirigido às elites e entregue a operadores privados; por outro, com respostas mínimas, oferecido pelo Estado à esmagadora maioria e de custos baixos. E assim se reproduz um dos sistemas políticos, sociais e económicos mais injustos do mundo.

O beijo de Judas, ou melhor, de Crato aos professores assenta em vários equívocos, é perigoso e parte de uma mentira para se esgotar em outra ainda mais perversa. Não, senhor ministro, **os professores não aceitam essas medidas** porque não se responde à crise com mais crise. Há outros caminhos, esses sim, adequados, só que o governo não os quer seguir por não constarem da agenda dos agressores estrangeiros, cuja ganância só se satisfaz quando mete a mão no bolso de quem trabalha.

Os professores defendem o seu emprego, o seu salário, a sua estabilidade profissional o seu horário e as suas condições de trabalho... **os professores defendem a Escola Pública**. E porque assim é, desengane-se o ministro, pois **a luta continua, nas escolas e na rua!** •

**MÁRIO NOGUEIRA**  
(Secretário-Geral da FENPROF)

O panorama, em nossa opinião, é assustador, salienta a nota sindical, divulgada aos jornalistas e aos responsáveis políticos do Ministério da Educação e Ciência (MEC). Mário Nogueira, Secretário Geral; António Nabarrete (SPGL), Manuela Mendonça (SPN), Anabela Sotaia (SPRC) e Joaquim Páscoa (SPZS), além de João Cunha Serra, presidente do Conselho Nacional da Federação, integraram a delegação da FENPROF que reuniu com o Ministro Nuno Crato, nas Laranjeiras, em Lisboa.

Chamamos a atenção dos nossos leitores para esta tomada de posição da FENPROF, onde se sintetizam preocupações – com muitas e legítimas interrogações – e também um conjunto de propostas fundamentais no contexto atual da vida das escolas e dos professores e educadores portugueses (versão integral em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)):

Não acreditamos que as escolas, com menos, possam fazer mais, pois já se encontram a funcionar no limite. Aqui não há gorduras a cortar. Sem afetar gravemente a qualidade, a organização e o funcionamento não há nada onde cortar, pelo contrário, há a reforçar. Dada a situação de crise, na pior das hipóteses, escolas poderiam fazer o esforço de fazer face a aumento generalizado de custos e a reforço de respostas a alunos e famílias mais fragilizados, com o mesmo, mas não é o que se prevê, realça a nota sindical que acrescenta:



## OE 2012 para a Educação: Panorama assustador!

**Após muita insistência, a FENPROF foi recebida pelo Ministro Nuno Crato no passado dia 7 de Novembro. “A razão principal que nos levou a pedir esta reunião foi a proposta de Orçamento do Estado para 2012 e o que nela se prevê para a Educação, o setor com maior redução prevista”, como referia a nota de imprensa divulgada na altura pelo Secretariado Nacional da FENPROF.**

## 12 propostas da FENPROF

Para evitar ruturas nas escolas e o colapso do sistema educativo, mas tendo em conta o atual quadro de crise

A Escola Pública Portuguesa vive problemas e confronta-se com exigências que exigem e justificam um forte investimento. Contudo, tendo em conta a situação de crise que se vive, a FENPROF apresenta as seguintes propostas que, não correspondendo a esse investimento, são alternativas às que foram apresentadas pelo governo, em sede de Orçamento do Estado de 2012, e que, a serem aprovadas, levarão a ruturas insanáveis e irreversíveis no sistema e na capacidade de organização e resposta da Escola Pública. Assim:

1. Apesar da insuficiência das verbas destinadas à Educação em 2011, mas tendo em conta a crise, manter, em 2012, os níveis de financiamento da Educação: Esta já é uma “solução de crise”, pois os 4,7% do PIB, de 2011, correspondem a uma verba demasiado baixa, sendo uma percentagem inferior às recomendações e à média verificada na OCDE e na UE;
2. Manter IVA da energia pago pelas escolas em 6% ou devolver a diferença

entre este valor os 23% para que será aumentado;

3. Libertar as verbas cativadas às instituições de Ensino Superior e distribuir das verbas comunitárias destinadas à formação de docentes;
4. Realizar uma Reorganização Curricular que resulte de um debate a promover nos meses de janeiro e fevereiro, envolvendo toda a comunidade educativa, por iniciativa do Governo, Assembleia da República ou CNE. Prever um Dia D, nacional, sem atividade letiva nas escolas para que todos os docentes se envolvam no debate. Este Dia D deverá ser da iniciativa do MEC;
5. Não alterar o número máximo estabelecido de alunos por turma e, no 1.º Ciclo, repor os 24;
6. Autorizar as escolas a abrirem os cursos CEF e as turmas EFA que já se encontrem organizados mas ainda impedidos de funcionar;
7. Garantir que quaisquer Movimentos de Rede, só terão lugar após garantido

Descer de 4,7% do PIB para 3,8%, ou seja 1.500 Milhões de euros (0,9% do PIB) assume até contornos de algum aventureirismo e alguma irresponsabilidade políticas. Como poderá o nosso país, que ficará em último nesta relação entre as verbas destinadas à Educação e o PIB, combater com sucesso os níveis de insucesso e abandono escolares (cumprindo metas definidas para 2015), aumentar a taxa de frequência e de sucesso no ensino superior, e garantir o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos?

Há explicações que se tornam necessárias para que se possa compreender a dimensão, extensão e consequência deste enorme corte, para se conhecerem os estudos de impacto que foram feitos para avançar estes números e para se saber que almofadas terá o governo para dar resposta a situações que venham a correr mal e a resvalar para o precipício.

Isto, alerta a FENPROF, trará consequências para os Educadores, Professores e Investigadores, que representamos; para as Escolas, que são os nossos locais de trabalho; para a qualidade do Ensino; para os Alunos e as suas Famílias; para o País e o seu Futuro!

### Emprego e estabilidade dos docentes

A FENPROF aponta em seguida várias situações concretas:

- Qual o impacto no emprego dos docentes dos Ensinos Básico e Secundário dos 257 Milhões de euros que correspondem a 102 em alterações curriculares, 54

em encerramentos e mega-agrupamentos, 101 em outras medidas de racionalização (aumento do número de alunos por turma? Extinção de projetos? Fala-se, embora deva ser alarmismo, eliminar artigo 79.º do ECD?)

Serão estes cortes de apenas 257 Milhões, ou, realmente, como admite o Ministro em entrevista recente, 450 Milhões? Nessa entrevista fala em:

- 100 Milhões em medidas já identificadas, quais são?
- 100 Milhões em medidas já estudadas, quais são?
- 150 Milhões compensados em fundos comunitários se forem conseguidos. Já foram? E se não forem, o que ficará em causa?
- 100 Milhões em medidas a estudar. Em que áreas? Há mais onde cortar?

Verificamos que, afinal, só 100 Milhões estão identificados. No restante, fixou-se a verba e agora é que se procuram as medidas para a atingir?

- Das medidas em curso e das previstas, quantos docentes dos quadros serão remetidos para a chamada Mobilidade Especial? Ou não serão em caso algum?

E no **Ensino Superior**, o corte de cerca de 150 Milhões de euros, levará a quantos despedimentos? Há disso estudos? E que apoios existirão com vista à obtenção do grau de doutoramento no ensino Politécnico, sabendo-se, até, que há verbas comunitárias previstas nesse sentido... chegaram? Quando serão distribuídas?

Como serão renovados os contratos dos Investigadores contratados?

Há, decerto, estudos desse impacto ou o valor foi adiantado e os cortes, à sua medida, serão agora decididos?



Como poderá o nosso país, que ficará em último nesta relação entre as verbas destinadas à Educação e o PIB, aumentar a taxa de frequência e de sucesso no ensino superior?

o acordo dos municípios e das comunidades escolares envolvidas, tendo em conta o conjunto de exigências que esse processo comporta, designadamente no plano social;

**8.** Manter os níveis de autonomia das instituições de ensino superior, nomeadamente no que respeita a concursos e admissões, visando o cumprimento das metas mínimas legalmente estabelecidas para as diversas categorias da carreira;

**9.** Fazer um levantamento das situações mais prementes e reiniciar, no máximo em janeiro, as obras de requalificação do parque escolar, sendo, até lá, criada uma alternativa à Parque Escolar. Definir a forma de garantir o processo de manutenção das escolas já intervencionadas, sem que daí resulte um aumento das suas despesas, que estas não poderiam suportar;

**10.** Estabelecer um paralelo entre o financiamento do EPC com contratualização e o do público: reforço, estagnação ou redução na mesma proporção;

**11.** Fazer um estudo sobre o eventual

aumento de alunos a necessitarem de recorrer a ASE e aumentar as verbas na proporção necessária para não haver quebra dos níveis de apoio. Mesmo reconhecidamente insuficientes, no mínimo, manter esses valores;

**12.** Relativamente aos Docentes:

- Encontrar normas de vinculação que, ainda que sem aumento de custos em 2012, garantam a estabilidade, admitindo-se a negociação de soluções excecionais e transitórias no que respeita a carreira e área geográfica da vinculação;
- Garantia de que serão encontradas soluções internas para docentes dos quadros que venham a ficar sem componente letiva atribuída devido à aplicação destas medidas, sem recurso à mobilidade especial;
- as duas medidas anteriores reforçam a necessidade de realização de um concurso em 2012 para mobilidade e ingresso nos quadros;
- Não revisão do ECD, exceto no que respeita às questões da avaliação já negociadas, pelo menos até que o atual não seja completamente aplicado;

Por fim, a FENPROF considera que os cortes salariais e dos subsídios – matéria que contesta no âmbito geral da Administração Pública –, a par da quase completa desregulação e intensificação dos horários de trabalho, desmotivam, desincentivam e afastam muitos dos melhores num momento em que, ainda por cima, as exigências são maiores. Poderá o governo proferir palavras de grande elogio que a sua prática confirma não ser assim, pois não há qualquer sinal no sentido de, pelo menos, ser aliviado o garrote das condições de trabalho dos docentes nas escolas.

**A FENPROF vê com muita preocupação esta redução de 1.500 Milhões de euros em 2012 que somam aos 800 Milhões de 2011. É nossa opinião que estamos perante mais do que um complexo problema financeiro, mas um forte atentado à Escola Pública que levará à sua desconstrução. A FENPROF não irá colaborar com tal processo, mas combater essa desconstrução. ●**

### Organização e funcionamento das escolas

Se for eliminado o artigo 79.º do ECD, como se organizarão as escolas, depois de lhes ter sido, praticamente, retirado todo o crédito de horas? A esta interrogação, a FENPROF acrescenta outras, alertando para um conjunto de situações preocupantes:

- Qual será, em 2012, o corte nos níveis de financiamento das escolas? Em 2011, foi da ordem dos 6%, qual será agora? Como farão as escolas face a aumentos tão violentos, como os da energia? Ficarão nos 6% ou receberão de volta o valor do IVA?

- Os cortes vão estender-se ao EPC, designadamente ao valor dos contratos de associação, ou estes irão aumentar no seu valor?

- Sem a *Parque Escolar*, o que substituirá o seu papel na requalificação de escolas que estão, em alguns casos, muito degradadas? As escolas continuarão a pagar renda à Parque Escolar? Quem assegurará a manutenção das escolas intervencionadas, evitando a degradação que está a acontecer, visto que a Parque Escolar está paralisada, não há alternativa e as escolas estão impedidas de o fazer?

Quanto ao Ensino Superior, com perda de autonomia (uma situação que nos parece inconstitucional), que circuito burocrático será imposto a uma instituição para, por exemplo, contratar um porteiro ou mesmo um investigador cujo financiamento está assegurado?

Foram celebrados “contratos de confiança” entre o anterior governo e as instituições. Este governo vai honrá-los ou pô-los em causa? Como serão cumpridos os objetivos previstos, tendo em conta os cortes propostos. E quanto a verbas das instituições que foram cativadas, serão entregues a quem pertencem ou ficarão definitivamente perdidas?

### Qualidade educativa e organização do sistema

Não sendo admissível que o governo ponha em causa o alargamento da escolaridade obrigatória, como garantir o êxito do alargamento neste quadro de recessão (taxa de frequência, qualidade, sucesso escolar...)?

Quanto às alterações curriculares, o que pretende o M.E.? Informática; EVT (desdobramento com o dobro das horas?); História e Geografia fundidos no 3.º Ciclo? 2.ª Língua Estrangeira eliminada no Básico? Que outras medidas? Que debate com a comunidade educativa, que debate social e político está

previsto, em que tempos e que objetivos alcançar com estas alterações, para além do que nos parece único?

A FENPROF pergunta ainda: quais serão as restantes medidas de racionalização: Qual o número de alunos por turma, quando se considera já hoje excessivo os máximos estabelecidos? Que critérios para eliminar projetos? TEIP até quando? Turmas CEF e EFA: vão ou não abrir as de 1.º ano ou apenas abrem quando não for necessário contratar mais docentes?

Em relação à rede de estabelecimentos públicos no Ensino Superior: que reordenamento da rede pública, para quando, que critérios e com que debate? Ou será por “decisão superior”?

Quanto à Ação Social Escolar: vai ou não

haver cortes? Ainda que se mantenha nível, como responder ao aumento das necessidades das famílias?

CAF na Educação Pré-Escolar, Prolongamentos no 1.º Ciclo (em que se integram as AEC): vão manter-se níveis de financiamento aos municípios para que garantam estas respostas? Hoje, com encerramento de muitas escolas, as pressões financeiras sobre os municípios aumentam no que respeita a transportes, alimentação dos alunos e ocupação dos tempos livres. Haverá reforço de financiamento para estes efeitos?

Sobre as bolsas no Ensino Superior, a FENPROF lembra que há vagas que ficaram por preencher, mas muitos alunos estão a abandonar os estudos; haverá reforço de verbas: sim ou não? ●

## MEC sem respostas para problemas de carreira dos professores e educadores

A FENPROF reuniu no passado dia 22 com o Ministério da Educação e Ciência (MEC) com o objetivo de resolver situações ilegais relacionadas com a carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, muitas das quais se arrastam há anos sem que do anterior, como do atual Governo tivesse surgido qualquer solução. Relativamente aos docentes do “índice 245” ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço, aos docentes impedidos de progredir por não terem sido estabelecidas vagas, aos docentes do 1.º escalão impedidos de vencerem pelo índice 167 e aos docentes contratados profissionalizados que se mantêm no índice 151, a resposta foi comum: são problemas cuja resolução está impedida pelo que dispõe o Orçamento do Estado para 2011, designadamente no seu artigo 24.º que impede quaisquer valorizações remuneratórias. Já em relação ao pagamento de horas extraordinárias aos docentes, a Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar considera ser competência da DGRHE fazer a interpretação de que a hora deverá ser calculada pelas 22 ou 25 letivas ou pelas 35, que incluem as não letivas, sendo esta a atual. Desta reunião resulta ainda que a colocação de professores com horário-zero que se candidataram a DACL continua a ser feita a “conta-gotas”. Por fim, ficou claro que o MEC irá contrapor argumentos à Recomendação da Provedoria de Justiça que considera dever ser paga a compensação por caducidade aos docentes cujos contratos terminaram. Ou seja, concluiu-se que a mesma não será acatada. ●



## DEPOIMENTOS

# Alterações curriculares

## Alteração curricular sem consistência científica



Falar em reestruturação curricular no quadro negro em que vivemos e em que as medidas do governo são tomadas no sentido de desvalorizar o trabalho, destruir o estado social, onde se incluí a destruição da escola pública, tal como a concebemos, pela qual lutámos e trabalhámos com empenho e afinco, num esforço contínuo e sistemático, para diminuir as assimetrias sociais, para contribuir para uma maior coesão social e para educar para a democracia, é falar em mais uma estratégia que visa, tão só e apenas, empobrecer o currículo, desbastá-lo e reduzi-lo ao mínimo dos mínimos.

Este verdadeiro atentado à educação não tem outros argumentos que não seja, por um lado, o da redução da despesa para, no imediato, contribuir para a redução de mais cerca de oitocentos milhões de euros já anunciados no OE para 2012, por outro lado, é abrir de forma muito clara, definitivamente e irreversi-

velmente, a porta para que a iniciativa privada possa desmarcar-se da oferta paupérrima que a escola pública passará a oferecer, uma oferta minimalista que terá do lado do privado a antítese, pseudolegitimada por uma livre escolha, que se assemelhará a um restaurante caro e cheio de iguarias, no qual os pobres se deliciam olhando para as vitrinas, com água na boca, sabendo que nunca lá se poderão sentar e desfrutar desse repasto.

Ir por este caminho, sobre o qual não há um projeto consistente e minimamente cabal que, nem por um momento que seja, propõe qualquer alteração que tenha por base uma melhoria de qualidade é insistir em erros que nos levam a enganos, que neste caso nos empurrarão para um retrocesso social inevitável de um país que não pode aspirar a progresso, soberania e prosperidade, pois esse caminho só está aberto aos que valorizam a educação, as pessoas e o trabalho. ●

**António Manuel Pereira**  
*Olhão*

## Mentir é feio



Certamente sob os efeitos dos odores primavera de Abril e Maio os partidos, agora no poder, vieram com todas as suas trombetas clamar contra e, notável, impedir a tentativa de revisão curricular da então socrática

ministra Isabel Alçada e serodidamente propor e aprovar a suspensão da famigerada avaliação do desempenho dos docentes.

Diz-se na minha terra "Quando a esmola é grande, o pobre desconfia".

Não sei, mas desconfio que, em conluio com o Presidente da República, entraram numa daquelas cenas "Nós aprovamos. Tu vetas."

Mentir é feio.

Assim se amealharam muitos milhares de votos que legitimam o contrário do apregoado.

De Maio a Julho a distância é eleitoral daí que todos os argumentos, de repente se tenham invertido. A Área de Projecto foi ao ar, o Estudo Acompanhado passou a vias de extinção, o Desporto Escolar para lá caminho, a EM ponham-se a pau e a EVT... azar que já não há tempo, mas para o ano...adeus.

Mentir é feio.

O que preocupa é a leviandade, a coberto

das cátedras, como estas coisas são feitas esquecendo os conceitos da formação integral, do desenvolvimento harmonioso do ser humano que, apesar de tudo, representaram saltos qualitativos educacionais significativos nas últimas décadas, e até dói quando se esvaem entre dedos.

Em nome dos resultados da Matemática e do Português, que era o que estava mais à mão, inventa-se o conceito de "reforçar o essencial" sem qualquer justificação pedagógica decente, como tem sido hábito, para eliminar disciplinas que, há bem pouco tempo, eram consideradas como grande inovação, caso da TIC, pares pedagógicos e por aí fora, desde que se poupe uns euros mesmo que à custa de tantos sonhos.

Mentir é feio.

Para além da própria angústia é angustiante sentir a angústia dos colegas que já começam a perguntar "o que é isso da mobilidade especial pá?". Há vezes em que penso "só quando o céu lhes cair em cima da cabeça" e inquieto-me talvez mais do que o merecido.

Mentir é pecado.

Quem me dera acreditar no inferno. ●

**José Neves da Costa**  
*Mealhada*

## NO ALVO



## "Dia D"

O Secretariado Nacional da FENPROF decidiu lançar um **abaixo-assinado nacional**, a subscrever pelos docentes, "recusando alterações curriculares impostas por via orçamental e exigindo uma verdadeira reorganização curricular que tenha em conta as efetivas necessidades do sistema educativo e do país. Nesse sentido, exigir-se-á a realização de um amplo debate nacional, a decorrer nos próximos meses de janeiro e fevereiro, que culmine com um "Dia D" de debate nacional nas escolas".

Com a certeza de que só através de uma forte luta organizada será possível resistir e, em alguns aspectos, parar a espiral de degradação e destruição que se abate sobre o sistema educativo e os seus profissionais, o SN da FENPROF decidiu "continuar e, se possível, aumentar o trabalho (sindical) nas escolas com o objetivo de denunciar, esclarecer e mobilizar os docentes e investigadores no sentido de lutarem contra as políticas levadas a cabo pelo governo e ditadas do exterior".

Interpor ações em Tribunal contra o corte que em Novembro foi concretizado, reduzindo a cerca de metade o subsídio de Natal, bem como contra o roubo dos subsídios previsto para 2012 (recorde-se que as minutas de reclamação foram divulgadas na página eletrónica da FENPROF no passado dia 23), é outra orientação definida pela Federação.

"Com os professores, educadores e investigadores, a FENPROF irá decidir formas de ação e de luta que contribuam para a forte resistência e o grande combate que todos os portugueses terão de assumir contra o aumento da exploração e do empobrecimento e contra a destruição do Estado social, processo que está a ser organizado e levado por diante pelo atual governo", destaca ainda a nota divulgada pela FENPROF, "disponível para convergir com os trabalhadores de outros setores da vida nacional e, em particular, no quadro da CGTP-IN, para se envolver em ações e lutas gerais que venham a ser decididas". | JPO ●

## A greve na Educação segundo o MEC

# “Rigor” do Governo revela falta de honestidade!

Seria digno de registo no livro de recordes que apenas 1,5% dos trabalhadores da Educação conseguissem encerrar muitas centenas de escolas em todo o país...

Seria digno de registo no livro de recordes que, se porventura tivessem estado ao serviço 98,5% dos trabalhadores da Educação, centenas de milhar de alunos não tivessem aulas no dia da Greve Geral.

Porém, tal não é verdadeiro. Estas impossibilidades, que o governo afirmou, não são mais do que uma intencional falta de rigor, reveladora de uma despudorada manipulação dos números de adesão à Greve Geral na Educação, sem ter feito o devido levantamento junto das escolas, dos agrupamentos e das instituições de ensino superior.

O governo está a mentir como muito bem sabem os trabalhadores docentes e não docentes, os alunos e as suas famílias e como ficou bem visível perante a opinião pública. Confirma-se, assim, o conceito de “rigor” deste governo que apenas revela mestria na arte de atacar os trabalhadores nos seus salários e no seu emprego, de diminuir os serviços públicos na sua capacidade de resposta e na qualidade do serviço que prestam e, constata-se agora, na arte de ludibriar.

### É uma vergonha e um escândalo!

Vejam-se alguns dos dados em que o Ministério da Educação e Ciência se baseou para chegar a 1,5% de adesão à Greve Geral na Educação. Isto não é manipulação, é falta de vergonha e de respeito. Quem assim age, nunca será solução para tarefas tão exigentes e nobres como as que se colocam a quem intervém na Educação (dados divulgados pela DGAP relativos à Greve Geral):

#### • Básico e Secundário

Região Centro: 46.724 trabalhadores – 0% de adesão

Lisboa e Vale do Tejo: 47.474 – 0%

Norte: 74174 – 0%

Alentejo: 16774 – 0%

Algarve: 9691 – 0%

DREC: 1923 trabalhadores – 7 aderiram

#### • Universidade de Coimbra – 0%

Uma vergonha destas nem merece comentário, apenas repúdio!

Para quê este comportamento do MEC? Tão simples como isto: no dia seguinte, o ministro Nuno Crato veio afirmar publicamente que os professores estavam *compreensivos* e de *acordo* com medidas previstas para a Educação, que são, entre outras, redução salarial, roubo dos subsídios, mexidas curriculares para provocar desemprego, mega-agrupamentos e encerramento de escolas do 1.º Ciclo, aumento do número de alunos por turma, instabilidade e precariedade, cortes cegos nos orçamentos das escolas, entre outras...

Os professores estão de acordo com essas medidas? Claro que não!

Porque os professores não trocam a sua dignidade profissional e a defesa da escola pública pelos elogios de um qualquer ministro... nunca o fizeram!

Porque estamos conscientes da necessidade de continuarmos a lutar, tal como afirmámos na Greve Geral: **A luta continua nas escolas e na rua!** ●



24 NOV.  
2011  
**GREVE  
GERAL**

## Professores aderiram em força à Greve Geral

A Greve Geral conta com uma forte adesão dos professores, educadores e investigadores portugueses que, em muitos casos, supera os valores verificados há um ano.

O número de escolas encerradas é muito elevado o que, inclusivamente, impede que, com rigor, se possa, durante o dia de hoje avançar com uma percentagem de greve. Contudo, das escolas onde é possível ter uma informação correta dos números, conclui-se que a maioria se situa entre os 60% e os 85%. Há exceções, para cima, como para baixo, mas a maioria está naquele intervalo, o que tem um grande significado.

Nas principais cidades de norte a sul, praticamente não há aulas sendo as escolas secundárias as que, claramente, são mais afetadas pela forte adesão de docentes e trabalhadores não docentes.

Também o Ensino Superior regista uma grande adesão à Greve Geral. Praticamente não há aulas e esta é, seguramente, uma das maiores greves de sempre dos professores do ensino superior e investigadores.

Com esta grande adesão, os professores, educadores e investigadores portugueses dão um fortíssimo sinal ao Governo de que não estão dispostos a continuar a ser vítimas das políticas que estão a afetar o país, a roubar remunerações aos trabalhadores e a pôr em causa os serviços públicos.

A continuar esta política, será certo que também a luta irá continuar! ●

### Madeira: aprofundar a consciência social

Cerca de duzentos trabalhadores concentraram-se no Funchal, no dia da Greve Geral. O Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), liderado por Marília Azevedo, marcou presença nesta concentração organizada pela União dos Sindicatos da Madeira, estruturas integradas na CGTP. A Educação foi um dos sectores que melhor adesão registou no contexto regional. Os sindicatos continuam

a trabalhar para uma maior consciência social face à austeridade violenta e injusta que se abate sobre os portugueses, que é preciso travar e limitar nos danos. Como nesse dia sublinhou Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, esta foi uma greve feita em "grande esforço", pela conjuntura financeira em que vivem os portugueses, e também pelo facto de os trabalhadores estarem condicionados pela precariedade, pelo desemprego e as dificuldades de organização no local de trabalho. ●

Funchal



Angra do Heroísmo

Ponta Delgada



### A greve do dia 24 fez-se sentir nos Açores

Sentir os serviços fechados foi uma realidade que a população dos açores viveu no dia 24 de Novembro. O impacto da paralisação foi, de forma significativa, vivida pelos Açorianos. Muitos serviços fechados, sectores a funcionar com serviços mínimos, cidades e vilas a funcionar a meio gás.... O ensino foi um dos sectores onde a paralisação foi mais sentida. Dezenas de escolas fechadas, alunos sem aulas, foram uma constante neste protesto geral. Em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada as pessoas manifestaram o seu descontentamento para com as políticas assumidas. Foi com grande ânimo que centenas de manifestantes desceram as ruas em protesto e gritando palavras de insatisfação, uma realidade que, apesar de não ser tradição nestas Ilhas, começa a ser uma constante! ●



### Piquetes: contacto fundamental

Funcionaram à porta das empresas e dos serviços. Numa escola de Beja, num dos contactos com professores e pais, lembrou-se aos "incautos" o ataque de que são alvo e a necessidade de não se resignarem. A alternativa só pode surgir da luta corajosa e persistente.



## Serviços de educação: Muitas escolas encerradas na região centro

**Grandes escolas encerradas pela acção conjugada de pessoal não docente e docente.** A política de austeridade que ataca os direitos sociais de todos os portugueses e estabeleceu o roubo nos rendimentos dos trabalhadores como regra para fazer face à crise financeira do país, teve uma forte resposta dos trabalhadores em sinal de que a luta continuará em defesa de alternativas justas, respeitadoras da dignidade humana e do direito de todos os cidadãos a um país desenvolvido e democrático. No dia da Greve Geral, não só se conseguiu o encerramento de muitas escolas, como nas grandes cidades, por força do encerramento de grandes escolas, muitos de alunos ficaram sem aulas. Uma greve geral que afectou todos os sectores de actividade e que no sector da Educação, pela acção conjugada de trabalhadores docentes e não docentes levou ao encerramento de muitas centenas de estabelecimentos de educação e de ensino da educação pré-escolar ao ensino superior. Na região centro esta greve fica ainda marcada pela grande combatividade de todos os que se envolveram nela com coragem e determinação, transformando o protesto numa dimensão pública assinalável, de que são exemplo as concentrações e manifestações de rua registadas. Na região centro, educação, saúde, transportes, tribunais e conservatórias, indústria e muitos outros serviços marcaram uma paralisação de que ninguém pode alhear-se. De registar, contudo, a dificuldade em obter resultados em alguns serviços, designadamente da administração pública, quer pelo facto de haver um claro bloqueio à informação, quer ainda pela dimensão da greve que afectou também esses serviços. ●



## Forte impacto no Ensino Superior

Segundo foi possível apurar até ao início da tarde, esta foi uma das greves com maior adesão no ensino superior. Entre muito exemplos, temos notícia de fortes adesões dos Professores do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, das Faculdades de Ciências, Letras, Arquitectura, Ciências da Educação e Psicologia da Universidade do Porto, do Instituto Superior Técnico, da Universidade do Algarve, das Faculdades de Ciências e Farmácia da Universidade de Lisboa, do pólo de Ciências Sociais e Humanas da Beira Interior, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, do ISCSP da Universidade da Madeira, do pólo de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora, da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho.

Esta adesão é um sinal de rejeição clara das políticas deste governo para o país, em geral, e para o ensino superior, em particular. Políticas que dirigem os seus efeitos negativos ao estado social, pondo em causa o desenvolvimento humano e económico do país, atacando os direitos básicos dos cidadãos, particularmente dos trabalhadores que têm sido o principal e quase único alvo de uma feroz e terrorista política de austeridade.

Mas esta adesão é também um sinal de esperança, pois revela um crescente empenho dos professores e investigadores na defesa da qualidade do ensino e da investigação e na defesa da missão pública das universidades e politécnicos.

O futuro das universidades e politécnico está também nas nossas mãos, está na recusa de políticas ditadas por entidades externas, contra os interesses do povo português. Por estas razões, saudamos todos os colegas que hoje assumiram corajosa e determinadamente o seu protesto. ●

# “A roda da História não pode andar para trás”

24 NOV.  
GREVE  
GERAL

## Intensificar a luta para construir um Portugal de futuro

**Destacando que “a Greve Geral constituiu um marco notável na luta dos trabalhadores portugueses”, a resolução aprovada pelos milhares de manifestantes na acção de 24 de Novembro em Lisboa, sublinha a dado passo:**

“Pela enorme adesão verificada nos locais de trabalho do sector privado e do sector público e o apoio expresso ao nível da opinião pública, esta é uma extraordinária Greve Geral, que ficará desde já assinalada como um marco notável da luta dos trabalhadores portugueses em defesa dos seus direitos e interesses, pela valorização do trabalho e dignificação dos trabalhadores, pela construção do futuro com direitos para as novas gerações, pela defesa do aumento do sector produtivo, pela defesa da democracia e salvaguarda da soberania nacional.”

### Confiança

São graves os efeitos das políticas que pesam sobre os trabalhadores, o povo e o país. Mas temos confiança. Confiança que é reforçada com a afirmação de unidade e solidariedade demonstrada neste dia de luta. Confiança que é também exemplarmente comprovada nesta jornada de luta, mostrando que com coragem, firmeza e determinação é possível abrir um novo caminho que garanta uma vida melhor aos trabalhadores e ao povo, observa a resolução aprovada na concentração em S. Bento.

“Porque se trata de objectivos que são de todos e para todos, a CGTP-IN reitera aos trabalhadores e trabalhadoras, ao povo português, a sua determinação de prosseguir a luta sem tréguas contra o aumento do horário de trabalho e o trabalho forçado; a subversão da Constituição através de propostas que visam legitimar os despedimentos sem justa causa; a redução das indemnizações, com vista à sua eliminação; a diminuição do subsídio de desemprego e a estigmatização dos desempregados; o ataque à contratação colectiva, enquanto instrumento de desenvolvimento e progresso social; a redução brutal do poder de compra das famílias, o roubo dos subsídios de natal e de férias e todas as medidas presentes ou futuras que ponham em causa direitos e garantias dos trabalhadores e do povo português”, sublinha ainda.



“

**É possível e é necessário combater com firmeza a fraude, a evasão fiscal e a economia paralela e pôr termo a uma política fiscal que sobrecarrega os pobres para enriquecer ainda mais aqueles que, sendo ricos, nada pagam.**

A roda da História não pode andar para trás. As políticas que nos querem impor não resolvem nenhum problema, antes vão agravar a situação económica e levar Portugal a uma recessão ainda maior. É preciso dizer NÃO ao retrocesso social e civilizacional e às medidas que apenas têm como objectivo encher, ainda mais, os bolsos dos banqueiros e capitalistas, à custa do aumento da exploração dos trabalhadores e do povo, destaca a resolução, que lembra ainda:

- O tempo já demonstrou que é necessário renegociar a dívida, os prazos e os juros, assim como as condições para o alargamento da redução do défice. Portugal e os portugueses não estão perante uma inevitabilidade. Há alternativas para construir caminhos de progresso e justiça social.

- É possível dinamizar o sector produtivo, de modo a produzir bens e serviços para o desenvolvimento da sociedade que contribuam para criar riqueza, reduzir as importações e o endividamento externo do país.

- É possível pôr a economia a crescer, para criar mais e melhor emprego e de qualidade, combater a precariedade e o desemprego, reforçar a protecção e os apoios sociais e aumentar o poder de compra dos salários e das pensões, bem como o Salário Mínimo Nacional.

### Acção e luta: o caminho

É possível e é necessário combater com firmeza a fraude, a evasão fiscal e a economia paralela e pôr termo a uma política fiscal que sobrecarrega os pobres para enriquecer ainda mais aqueles que, sendo ricos, nada pagam. É possível defender e melhorar as Funções Sociais do Estado, na Saúde, na Educação e na Segurança Social e os Serviços Públicos e o Poder Local Democrático.

Porque as mudanças só são possíveis com uma intervenção contínua de acção e luta, os participantes na Manifestação decidiram: “manifestar total disponibilidade para apoiar todas as formas de luta que a CGTP-IN vier a convocar pela defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida, contra a exploração e o empobrecimento; Por um Portugal desenvolvido e soberano.” ●



## DESEMPREGO E SUBEMPREGO

# Um milhão de portugueses afetados!

**CGTP-IN alerta também para a situação dos jovens, para a taxa de desemprego de longa duração e para o elevado número de desempregados sem qualquer tipo de apoio**

**D**e acordo com os dados do INE relativos ao 3º trimestre deste ano, são quase 700 mil os desempregados no nosso país, tendo a taxa de desemprego oficial atingido 12,4%. Estes são os valores mais altos desde que se contabiliza o desemprego, refere uma nota de imprensa divulgada recentemente pela CGTP-IN.

Retomando alertas e preocupações divulgados junto da opinião pública, tanto em comunicados, como noutras tomadas de posição resultantes de iniciativas de debate e reflexão, como ainda em intervenções dos seus dirigentes, a Central unitária observa que “se juntarmos os inativos disponíveis (193,4 mil) e o subemprego visível (159,6 mil), o número de desempregados e subempregados ultrapassa 1 milhão de pessoas, o que significa que 18,2% da população ativa está nessa situação. Ao mesmo tempo verifica-se que a proteção social no desemprego só abrange 290 mil desempregados (apenas 1/3 do total), deixando de fora 593

mil desempregados”.

Neste trimestre, prossegue a nota sindical, “verificou-se uma nova quebra do emprego, abrangendo os sectores primário, secundário e terciário. A precariedade continua elevada e afeta, pelo menos, 872 mil trabalhadores, ou seja, cerca de 23% dos trabalhadores. E a taxa de desemprego (oficial) atingiu os 30% entre os jovens com menos de 25 anos, sendo o desemprego de longa duração uma realidade para quase metade dos desempregados. Entretanto, as mulheres continuam a ser mais penalizadas pelo desemprego e pela precariedade.”

### Taxa de desemprego de longa duração é preocupante

As políticas que os sucessivos governos têm vindo a seguir, e nas quais o governo do PSD/CDS insiste e aprofunda de uma forma brutal, têm empurrado o país para esta situação. Temos uma taxa de desemprego de longa duração (25 e mais meses) de 3,8%, ao nível da taxa de desemprego glo-

bal registada antes da entrada em vigor do Euro (3,9% em 2000). O país está em recessão. O PIB aprofundou a sua quebra no 3º trimestre, registando -1,7% em termos homólogos, o que ficou a dever-se essencialmente à desaceleração das exportações e à redução do investimento. O consumo das famílias continua a cair de forma preocupante.

Tal como foi sublinhado na Manifestação Geral e na Greve Geral de Novembro, “é preciso fazer uma rutura com esta política, sob pena do país ficar numa situação insustentável”.

“As previsões de Outono da Comissão Europeia, apontam um cenário desastroso para 2012, com uma quebra de 3% do PIB no nosso país, ao mesmo tempo que a Zona Euro e a UE viram o seu crescimento revisto em baixa. Com a agravante da Comissão admitir que a Europa pode mesmo entrar em recessão, o que provocará ainda maiores danos na procura externa e no crescimento económico, principalmente num quadro em que a procura interna e o investimento estão em quebra”, alerta a CGTP-IN.

### A grande prioridade

Depois de referir que “num momento em que o Governo está em negociações com a troika, a questão central à qual há que dar resposta é o crescimento da economia e do emprego, e a diminuição do desemprego”, a Inter realça noutra passagem:

“Responder às necessidades e anseios dos trabalhadores e da população em geral tem que ser a grande prioridade. Por isso é urgente renegociar a dívida e estender o prazo para redução do défice, investir no país e nos factores de crescimento, no setor produtivo, na melhoria dos serviços públicos, no aumento do poder de compra dos salários. É necessário ainda dar resposta aos problemas dos desempregados melhorando a proteção social”, conclui a CGTP-IN. | JPO ●

**A CGTP-IN reitera aos trabalhadores a sua determinação na “luta sem tréguas contra a subversão da Constituição através de propostas que visam legitimar os despedimentos sem justa causa; a redução das indemnizações, com vista à sua eliminação; a diminuição do subsídio de desemprego e a estigmatização dos desempregados”, como foi realçado na manifestação realizada em Lisboa no dia da Greve Geral.**

**24 NOV. 2011**  
**GREVE GERAL**



**12 DE NOVEMBRO**

Manifestação Geral

## Em defesa do emprego e dos serviços públicos

Dezenas de milhares de trabalhadores (180.000 segundo vários órgãos de comunicação social) manifestaram-se em Lisboa na tarde de 12 de Novembro. Professores, educadores e investigadores, oriundos de diferentes regiões do país, concentraram-se no Saldanha, incorporando-se depois no compacto desfile entre o Marquês e os Restauradores, transformado num gigantesco protesto contra o roubo salarial e o ataque aos serviços públicos. "Com o OE/2012 o Governo vai destruir a escola pública", titulava um dos panos da FENPROF. "Esta manifestação serve também para mostrar ao Governo que não nos vergamos e que vamos continuar a lutar pelos nossos direitos", sublinhou a coordenadora da Frente Comum.

"FMI fora daqui" foi uma das palavras de ordem ouvidas na manifestação, realizada 12 dias antes da Greve Geral. | JPO ●



Professores, educadores, alunos e comunidade educativa têm uma palavra a dizer

## Proteger a água enquanto bem público

A escola não é um mero espaço para aprender a ler, a escrever e a contar.

É um local vivo, onde a comunidade escolar tem um papel ativo, contribuindo, cada um, com o seu saber, para a construção de uma sociedade sustentável, participativa e criativa aprendendo e ensinando, em cooperação, a ser-se cidadão.

É deste ato de cidadania, enquanto educadores, professores, investigadores homens e mulheres, que emerge a defesa da "coisa" pública, levar quem está ao nosso lado a entender que compete ao Estado garantir o acesso de todos aos seus direitos.

A educação e a saúde são direitos inerentes a todos os seres humanos.

A água é essencial à vida.

O único garante dos direitos dos cidadãos é o Estado.

O garante tem de ser universal e de qualidade.

Os nossos impostos são para que o Estado garanta os direitos e faça a gestão dos recursos que são da comunidade, o que justifica que o acesso aos direitos tenha de ser universal e de qualidade para todos e todas.

A FENPROF, assim como os seus sindicatos, defendem e lutam, por uma escola pública e de qualidade, para que todos tenham acesso, nas mesmas condições, ao conhecimento, à aprendizagem, ao desenvolvimento, tanto individual como coletivo. Estamos convictos que a educação e ensino têm um papel fundamental no processo do desenvolvimento humano, social, político, económico e cultural de qualquer pátria.

Vamos levar aos professores, educadores, alunos e comunidade educativa a exigência da proteção da água, enquanto bem público.

Consciencializemo-nos da importância da água, é um bem que não se produz. É imperativo que seja gerido de forma responsável, ecológica e sustentável, visto que é de todos.

Sendo um bem comum, só pode ter gestão pública.

O Estado tem como dever ampliar e maximizar o bem-estar dos cidadãos, assim como fazer a distribuição equitativa da riqueza social.

A atitude do poder, impondo a sua visão de utilizador pagador, tem sido utilizada para retirar direitos, alegando que o faz em nome do bem público.

Os serviços de natureza pública, que ao estado competem, não podem ser mercantilizados.

A FENPROF e os seus sindicatos vão levar às escolas a defesa da água enquanto património coletivo e direito humano fundamental, contra a privatização da água, em defesa da gestão pública.

Vamos tudo fazer para que esta iniciativa legislativa de cidadãos tenha sucesso. ●

Consulte: [www.aguadetodos.com](http://www.aguadetodos.com)



**ANTÓNIO QUITÉRIO** (Membro do Conselho Nacional da FENPROF)

## Demasiados passos atrás levarão Passos para a rua

**E**nquanto acertamos as contas, empobrecemos e procuramos uma estratégia para criar riqueza e pôr a economia a crescer – ter uma luz de esperança ao fundo da crise –, é preciso haver um mínimo – uma almofada – que seja aceite entre as estruturas sindicais e o Executivo, numa atitude construtiva e patriótica. Para evitar uma desestruturação política, um colapso social e um forte recuo civilizacional.

Na véspera da Greve Geral, o primeiro-ministro Passos Coelho defendia a suposta necessidade de «dar um passo atrás hoje para poder dar dois à frente». Queria dizer que a austeridade de hoje é a alavanca para o crescimento de amanhã, mas há boas probabilidades que a contundência, a injustiça e celeridade com que essa austeridade está a ser despejada sobre os portugueses conduzam a mais passos atrás na competitividade da economia, no emprego, nos serviços sociais. Isto é, conduzam a sítio nenhum ou, quanto muito, a uma economia sem grande destino, que não serviria a ninguém neste país.

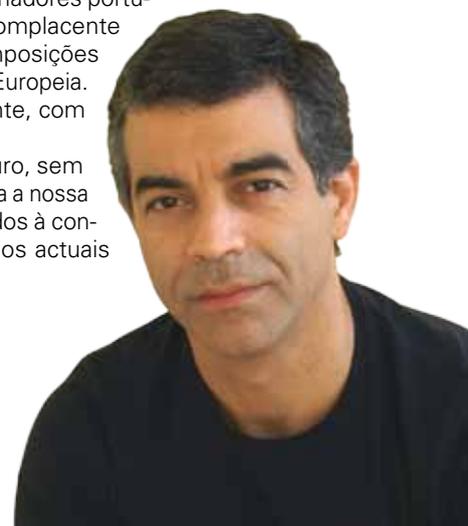
Não estão em causa os princípios benévolos de reequilibrar financeiramente o país e ultrapassar os bloqueios endémicos na produtividade da nossa economia – a forma de pôr isso em prática é outra discussão –, mas é preciso ter em conta

a realidade portuguesa para não cairmos numa recessão tão profunda que inviabilize a retoma e os tais «dois passos à frente». Passos que não sejam em direcção ao abismo.

A recuperação da credibilidade por Portugal precisa dessa agenda ou estratégia de crescimento económico – passos à frente. Não se sabe se o actual Governo a tem. Estará à altura dos desafios? Aí o povo português pode dizer “Passos para a rua”, mais cedo do que supõe.

Sabemos que a situação de crise no país tem também, em boa parte, de ser resolvida no quadro europeu, onde têm de ocorrer mudanças. Por isso, o Governo não pode ter mão dura relativamente aos trabalhadores portugueses e ter uma atitude complacente (agachada) no que toca às imposições da troika e à inércia da União Europeia. Tem de se bater, verticalmente, com essa gente.

Sem perspectivas de futuro, sem esperança, sem uma saída para a nossa economia ficaremos confinados à condição de pobres. Os sacrifícios actuais seriam quase inúteis. ●



NÉLIO DE SOUSA | [nelio.sousa@spm-ram.org](mailto:nelio.sousa@spm-ram.org)

### Os corta fitas

Henrique Monteiro





## Uma Conferência mobilizadora!

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

**A crise e as suas consequências não são uma fatalidade e a acção colectiva poderá inverter o rumo das políticas que este Governo quer impor. A defesa do ensino superior, capaz de responder às necessidades do país, está nas nossas mãos, está na mobilização da nossa indignação. Ou os trabalhadores e a sociedade portuguesa se mobilizam ou o nível de desenvolvimento do país pode cair ainda mais e a democracia sair profundamente ferida.**

Esta é uma passagem da resolução sobre acção reivindicativa aprovada na 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação, que se realizou no auditório da Faculdade de Farmácia, na Universidade de Lisboa, nos dias 4 e 5 de Novembro, por iniciativa da FENPROF.

No primeiro dia dos trabalhos decorreu a sessão temática subordinada ao tema "O Ensino Superior e a Ciência em Portugal - estado actual e desenvolvimento futuro". Este painel teve como orador convidado o Professor Alberto Amaral, Presidente do Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Depois, teve lugar a segunda sessão temática, dedicada à avaliação do desempenho de docentes e investigadores – o quê? para quê?".

O primeiro dia dos trabalhos foi ainda marcado pelas intervenções de Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF e de João

Cunha Serra, Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação e membro do Secretariado Nacional da Federação.

Os trabalhos foram retomados no sábado de manhã com a terceira sessão temática, em que os participantes nesta oportuna iniciativa sindical discutiram as carreiras docentes e de investigação – *problemas actuais e perspectivas futuras*.

O Reitor da Universidade de Lisboa, António Nóvoa, também se dirigiu aos participantes da conferência. Já depois da pausa para almoço, avançou a quarta e última sessão temática, dedicada ao tema "A FENPROF no Ensino Superior e na Investigação", momento reservado a delegados.

Os trabalhos prosseguiram com a votação dos documentos de orientação, estratégia e acção, encerrando com uma sessão com intervenções de Mário Nogueira, Secretário Geral, e de Rui Salgado, da Coordenação do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF.

A Conferência reuniu delegados e convidados de todas as regiões. O programa incluiu ainda uma mesa redonda sobre a situação internacional em que intervieram sindicalistas de Espanha, França, Irlanda, Dinamarca e Portugal. ●

*Todos os pormenores desta Conferência na página electrónica da FENPROF*

## "A dimensão pública da Universidade"

Intervindo na 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, o Professor António Nóvoa caracterizou como "tempo intenso e difícil" estes cinco anos em que tem trabalhado como Reitor da Universidade de Lisboa. Foi um tempo em que "o País se afastou das suas Universidades", comentou o prestigiado académico, que desde logo alertou para as consequências das políticas que "retiram vitalidade e independência "às instituições do ensino superior.

O Reitor referiu ainda que a conflitualidade passou do espaço político para o espaço institucional ("voz fina para fora; voz grossa para dentro") e que as lógicas de intensificação do trabalho docente criam situações de mal estar, deixando um repto: "Como transformar esse mal-estar num debate público, político, sobre o futuro das Universidades?"

"Falta-nos uma cultura académica mais forte", sublinhou o Reitor da UL, que chamaria a atenção para uma preocupação que, aliás, tem manifestado em múltiplas ocasiões: "O futuro não passa por pequenas universidades mas sim por grandes universidades na sua massa crítica". Há que "juntar a melhor ciência ao melhor ensino".

As universidades, referiu, "são instituições ligadas à sociedade e são da sociedade" e devem ter a capacidade de se abrir às novas gerações. Mostrou ainda sua mágoa pelas dificuldades impostas à contratação de jovens professores, de mérito, pelas universidades. São necessárias, frisou, novas formas de recrutamento de jovens docentes e de jovens investigadores.

Trabalhando à altura das suas responsabilidades, as universidades devem recusar qualquer lógica de controlo ou de redução da autonomia, salientou António Nóvoa que, "por último e sempre", destacou a dimensão pública da Universidade, a sua responsabilidade social e o seu compromisso com o país.

O investigador terminou com duas interrogações, em jeito de desafio:

**Que Universidades queremos para o século XXI português?  
Quem está disposto a bater-se por elas? |**

JPO ●

António Nóvoa,  
Reitor da Universidade  
de Lisboa



# “Afirmar o papel estratégico do Ensino Superior e da Ciência”

## Orientações aprovadas



A Conferência aprovou o Programa de Acção da FENPROF para o Ensino Superior

**A**firmar o papel estratégico do Ensino Superior e da Ciência, passa, antes de mais, pelo combate ao desinvestimento no sector, o que implica, no momento actual, lutar contra a proposta de Orçamento do Estado para 2012, sublinha a resolução sobre acção reivindicativa aprovada na 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação.

Na página electrónica da FENPROF está a versão integral deste documento, que, no quadro das orientações consideradas fundamentais para a acção sindical, apela a todos os docentes e investigadores para que se empenhem num combate apontado aos seguintes objectivos:

- Lutar, em conjunto com todos os professores e todos os trabalhadores da Administração Pública contra o confisco dos subsídios de férias e de Natal e pelo fim do corte nos salários ocorrido em 2011, bem como de parte significativa do subsídio de Natal;
- Lutar contra a diminuição do financiamento público ao ensino superior e à investigação científica e o ataque ao estado social;
- Defender veementemente a Autonomia Universitária e dos Politécnicos;
- Combater os despedimentos e o aumento da precariedade no recrutamento de docentes convidados, de que a generalização dos contratos por semestre ou por 4 meses é a expressão mais recente.

Este ataque à escola pública, sem prece-

dentos pela profundidade e diversidade de meios, que tem vindo a ser desenvolvido pelos últimos governos PS e PSD-CDS torna ainda mais imperativa a captação de jovens docentes e investigadores para o movimento sindical docente, pelo que a Conferência considera importante o lançamento, por todos os sindicatos da FENPROF, de uma campanha de sindicalização que seja clarificadora, ao mesmo tempo, do papel central do movimento sindical e da FENPROF na defesa dos direitos gerais da população portuguesa e específicos dos docentes e investigadores.

Em relação às carreiras do Ensino Superior e da Investigação, a Conferência defende que a valorização do Ensino Superior passa por:

- Garantir a efectivação dos direitos previstos no período transitório da revisão do ECDU e ECPDESP:

No **Ensino Superior Politécnico**, dar cumprimento à passagem à carreira de muitos docentes, depois de obtidas as habilitações de referência, pondo fim à situação de precariedade que se arrasta há anos, aumentando a qualificação do corpo docente. Neste sentido, é necessário garantir as condições de dispensa de serviço docente para a realização de doutoramentos e do pagamento das respectivas propinas;

No **Universitário**, garantir que os actuais assistentes e os docentes convidados que se encontram nas condições previstas na lei, passem à carreira como professores auxiliares;

No que respeita ao Ensino Superior Politécnico, tal como o regime transitório já prevê, é necessário garantir que os docentes que reúnem todas as condições legalmente previstas para efeitos de apresentação a concurso de promoção mas, porque em algumas instituições estes não tenham tido lugar deverá, por razões profissionais, académicas e de equidade entre docentes de diferentes instituições ser estabelecida uma solução que dê resposta a esta injustiça, nomeadamente a realização de uma prova pública de avaliação de mérito absoluto. Solução idêntica deverá ser encontrada no Ensino Superior Universitário.

- Abrir concursos para as carreiras docente e de investigação, de modo a renovar os quadros das instituições, permitindo o emprego estável de jovens altamente qualificados que estão com bolsas de pós-doc e com contratos precários e a cumprir a percentagem de professores catedráticos e associados determinada no ECDU (50 a 70% do total de professores) e a percentagem de professores determinada no ECPDESP (+ de 70%).

- Garantir o reconhecimento do mérito, cumprindo a legislação em vigor que estipula um aumento salarial pela aprovação em provas de agregação e de habilitação e as progressões.

- Reclamar a suspensão dos processos de avaliação do desempenho que contribuem para a corrosão do ambiente entre os docentes, aumentando a conflitualidade e a competição, em detrimento da colaboração e da colegialidade. Processos que, em vez de servirem os propósitos de melhoria da qualidade do ensino e da investigação, serão instrumentos de bloqueamento ou de atraso das progressões, constituindo mais uma medida de desinvestimento no ensino superior.

No que respeita à propalada necessidade de reorganização da rede do Ensino Superior em Portugal, a Conferência não contesta a necessidade de ajustamentos, mas:

- é contrária a uma reorganização ditada por meros critérios economicistas e de mercado, sob a pressão do “combate ao défice”, não tendo em conta a importância das várias áreas do conhecimento e do papel das instituições no desenvolvimento do todo nacional e das suas diversas regiões;

- apela ao combate às tentativas de despedimento ou de passagem ao regime de mobilidade especial, que decorram de eventuais reorganizações e fusões de instituições.

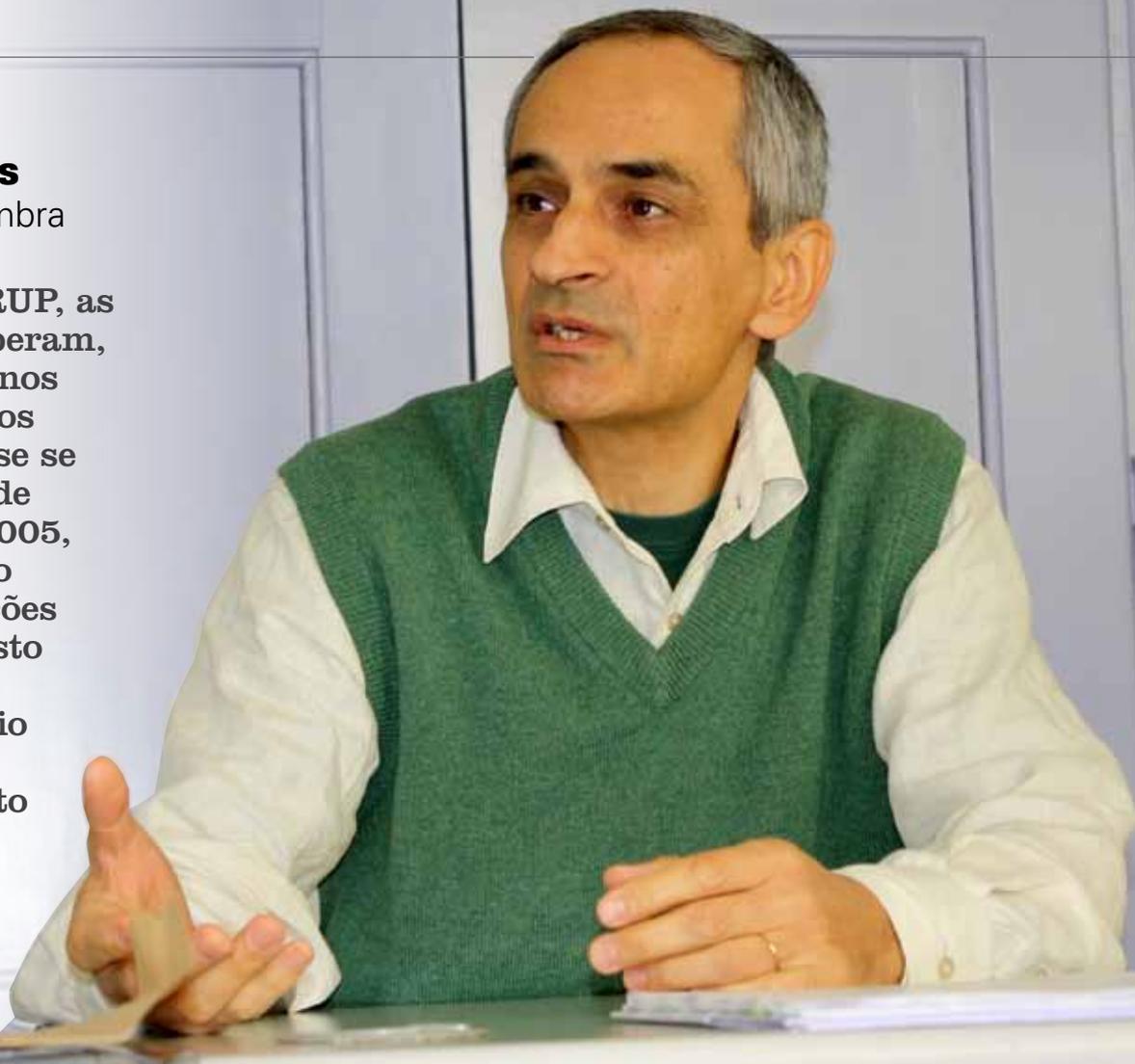
Em relação, ao Ensino Superior particular e cooperativo, a Conferência:

- considera que deverão ser usados todos os meios legais disponíveis para que, finalmente, seja aprovado e entre em vigor um instrumento regulador negociado com as organizações sindicais, que reduza a arbitrariedade e permita a existência de uma verdadeira carreira docente, com direitos e dignidade equivalentes às existentes no ensino público. ●

**António Martins**

Universidade de Coimbra

“Pelas contas do CRUP, as universidades receberam, de 2006 a 2011, menos 534 milhões de euros do que receberiam se se mantivesse o nível de financiamento de 2005, mesmo descontando os efeitos das reduções salariais de 2011. Isto corresponde a um financiamento médio anual, durante este período, 12 por cento mais baixo que em 2005!”



## “Asfixia do Ensino Superior aponta para dispensa de docentes necessários mas precários”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

Habitado a estudar os números (e o seu significado na vida das instituições), António Martins, ex-vice reitor da Universidade de Coimbra na equipa de Seabra Santos (2003 – 2011) e dirigente do SPRC, deixa um alerta para a gravidade daqueles cortes num “setor nuclear para a sociedade portuguesa”. Em entrevista ao JF, o docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC (Eng.ª Eletrotécnica e de Computadores) sublinha que “reduzir a presença do estado na economia, no caso do Ensino Superior, quer dizer deixar aos estudantes e às famílias uma parte crescente do financiamento e acenar com a regulação dita independente para garantir a qualidade”.

“O progressivo estrangulamento financeiro das IES vai determinar a mais que provável

dispensa de docentes necessários mas precários, com contratos a prazo”, alerta António Martins nesta breve conversa com o JF.

Caraterizando a atualidade que se vive nas universidades portuguesas, aponta, em jeito de síntese, para estas situações:

- “Há quantidades de trabalho docente maiores do que antes quando, paradoxalmente, os programas educacionais (antes de Bolonha) eram mais exigentes”;
- “Os docentes são obrigados a assumir novas responsabilidades e maior volume de trabalho de natureza administrativa”;
- “Destaca-se um aumento muito expressivo da sua produção científica apesar de terem cada vez menos tempo para a ciência”;
- “Esperam cada vez mais tempo por pequenas valorizações remuneratórias, por-

que as subidas de escalão são cada vez mais demoradas ou, então, impossibilitadas por “emergências” orçamentais que se vão tornando crónicas”;

- “São obrigados a vencer dificuldades cada vez maiores para obterem financiamento para projetos de investigação científica, fundamentais para as respectivas instituições”;
- “As remunerações são cada vez mais baixas”;
- “Há uma opinião pública manipulada que julga que o Ensino Superior estaria a salvo das dificuldades criadas pela social-democracia neoliberal”.

António Martins realça ainda, comentando as tendências neoliberais no capítulo do financiamento, que a redução da presença do estado na economia, significa, no caso

do Ensino Superior, deixar aos estudantes e às famílias uma parte crescente do financiamento, e acenar com a regulação (dita independente para garantir a qualidade”.

BM, OCDE e a própria UNESCO têm um discurso convergente que vai nesse sentido. O ex-vice reitor da UC pormenoriza: “Estas e outras entidades vão deixando recados no sentido de que não se pode esquecer que um estudante que termina a formação superior poderá atingir uma melhor situação profissional e social, pelo que se justifica uma política de “cost sharing”, ou seja, de propinas que contribuam com uma parte significativa dos custos de formação – apesar de a própria UNESCO afirmar que cada euro investido nessa formação se traduz num benefício para a sociedade de entre 6 e 15 euros. Estamos mesmo a ver o alcance desta ideologia – uma clara aposta na privatização do Ensino Superior”.

### A tal “gordura”...

Salientando que se perfilam ameaças gravíssimas ao setor em 2012, ao nível do financiamento, mas também no plano da autonomia, António Martins ironiza: “Como o desenvolvimento do país e a necessária saída da crise – é o que se retira das declarações e especialmente das atitudes dos responsáveis políticos – não apontam para a necessidade de um ensino superior público forte, dinâmico, estimulado, “compreende-se” que se exija mais contenção a quem não serve para grande coisa... Talvez o Ensino Superior seja a tal “gordura” de que se fala...”

E acrescenta: “Quando se sabe que a maioria dos empresários tem qualificações abaixo da média dos seus empregados, compreende-se que a aposta tenha sido em betão e em autoestradas, em vez de ter sido no desenvolvimento do Ensino Superior. E compreende-se também que se pense que o progresso científico e tecnológico se fará noutros países mais avançados. Se eles transferirem alguma tecnologia para o nosso país será uma benção. Rezemos, então...”

Mas voltando ainda às questões da gestão e da autonomia, A. Martins lembra que “o novo regime jurídico das instituições (o RJIES) introduziu formas de influência direta de entidades externas na governação das IES. Na medida em que hoje

é dominante a tendência para valorizar o papel das empresas, numa boa parte dos casos isso traduziu-se numa influência importante nas decisões estratégicas e nas opções de gestão das IES. Por outro lado, registou-se a alteração do modelo anterior para um de prevalência de órgãos unipessoais, com grande quantidade de poderes concentrados, pouco controláveis democraticamente”.

“O ambiente que se vive”, acrescenta, “torna dependente da pessoa concreta que ocupa o cargo de reitor ou de presidente a maior ou menor discricionariedade das decisões que influenciam o quotidiano e as condições de trabalho e de estudo, em aspetos como a quantidade de trabalho docente ou administrativo, horários, acesso a recursos, controlo da assiduidade, monitorização da produtividade científica e avaliação do desempenho em geral”.

Num cenário marcado por problemas sociais, com desemprego, empobrecimento crescente e numerosas famílias endividadadas, a dimensão do apoio social no Ensino Superior assume uma importância fundamental. A propósito, António Martins regista que hoje “a política de desvalorização dos apoios sociais indiretos obriga os estudantes mais carenciados a comprar os serviços no mercado, em vez de os adquirir aos SAS a preços muito mais vantajosos; o aumento das bolsas é uma ilusão se se diminuírem os apoios indiretos. Avaliar a eficiência dos SAS pelo número de bolseiros é redutor – o nível e a qualidade dos serviços é que representa a base de métricas adequadas.” ●

### Glossário

**BM** – Banco Mundial

**CRUP** – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

**ECDU** – Estatuto de Carreira Docente Universitária

**ECPDESP** – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Politécnico

**IES** – Instituições de Ensino Superior

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**RJIES** – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

**SAS** – Serviços de Ação Social

**UC** – Universidade de Coimbra

### Como é que se divide a riqueza produzida? O problema está aqui...

Bolonha está hoje claramente ao serviço de quem suga a riqueza produzida pelos povos. Há unidades curriculares em Direito com 400 alunos e na formação básica das engenharias com 200 e mais alunos. Como é que Bolonha funciona assim? É evidente que Bolonha também pode ter aspetos positivos. Numa outra Europa, numa Europa social, Bolonha poderia ter um papel muito importante, mesmo indispensável. Uma coisa é estar ao serviço dos interesses economicistas; outra é, numa democracia avançada, estimular o progresso e a evolução tecnológica ao serviço do desenvolvimento harmonioso das sociedades e das populações. |

António Martins ●



“

**O exercício da autonomia em ambiente de escassez extrema é quase ficção. Onde está a autonomia se a capacidade para decidir se resume a identificar que projetos ou atividades devem ser cancelados por falta de financiamento?**

**Há um empobrecimento também no Ensino Superior e na Investigação. A tendência atual das políticas aponta para uma menorização deste importante setor. É brutal o estrangulamento financeiro.**

**A idade média dos docentes do Superior está a aumentar de forma assustadora.**

**As orientações políticas, num processo que já começou há vários anos, apontam para que o Ensino Superior se afaste cada vez mais do serviço público. Confirma-se o objetivo do menos estado (para os cidadãos) e melhor estado (para os amigos e clientelas).**

**Tal como a saúde, a água e outros setores básicos, há muita gente que vê no Ensino Superior um negócio interessante...**

**A cartilha neoliberal é muito clara: o estado fica com a representação diplomática, a função repressiva e militar e com a canalização da riqueza sugada aos cidadãos para encaminhar para os privados; tudo o resto é para privatizar!**



A CGTP-IN realizou no passado dia 3 de Novembro uma importante Conferência sobre Serviços Públicos a qual fez o retrato de quatro importantes áreas (Educação, Saúde, Poder Local e Segurança Social).

Lisboa, 3. Novembro. 2011

## Encontro sobre o Estado, Administração Pública e Direitos Sociais

LUÍS LOBO (Membro do SN da FENPROF)

**D**urante a manhã, Jorge Leite (Jurista) e Octávio Teixeira (Economista) fizeram a caracterização da acção que tem sido exercida pelos governos no quadro da sua orientação neo-liberal, sobre o direito do trabalho e a economia.

Estabelecendo uma comparação das alterações ao Código de Trabalho sobre o emprego, os vínculos e os horários de trabalho e a sua implicação nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, Jorge Leite deixou importantes pistas sobre a estratégia da acção jurídica do governo que subverte os conceitos de duração do trabalho, estabilidade de emprego e direitos sociais destas decorrentes. Já Octávio Teixeira estabeleceu a relação entre a justificação da crise com os seus efeitos no mundo de trabalho e dos cidadãos em geral, caracterizando as medidas anunciadas e executadas como desastrosas

economicamente e comprometedoras da soberania nacional pela via de uma cada vez maior e inultrapassável dependência externa. Na sua declaração afirmou ser inevitável a alteração das condições do país para pagar a dívida, afastando dos rendimentos do trabalho a responsabilidade de superar as dificuldades criadas pelos grandes grupos económicos e financeiros e por estratégias erradas executadas particularmente pelos governos PS e PSD/PP.

### Tarde dedicada ao trabalho em secções

A tarde da Conferência foi preenchida pelo trabalho em secções, muito participadas e com intervenções, quer da parte da mesa, quer das assembleias, que trouxeram importantes contribuições para o trabalho da CGTP e dos seus sindicatos em relação à necessária va-

lorização dos serviços públicos e da sua boa prestação junto dos seus utentes.

Estas secções estavam apoiadas por documentos que para além de fazerem uma análise da situação, apontavam pistas de trabalho e princípios essenciais que devem presidir à defesa de serviços públicos de qualidade para todos, contrariando-se, dessa forma, a fúria privatizadora já demonstrada pelo actual governo, pondo em causa direitos dos portugueses em sectores chave como dos transportes, energia, educação saúde e segurança social.

Foi, pois, neste ambiente que se desenrolou a secção sobre Educação, da qual publicamos o documento que deu o tom para a discussão e uma declaração de Helena Afonso, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, esta última publicada na íntegra na página electrónica da FENPROF. ●

# Uma escola democrática para um país justo, solidário, desenvolvido e soberano

**Bem social e de interesse público, constitucionalmente protegido, a Educação é um dos principais pilares do designado “Estado social”, sendo que este corresponde (obriga) a uma organização da sociedade que permita dar uma resposta coletiva às necessidades de cada uma das pessoas e, assim, a todos os cidadãos.**

**E**m Portugal, momentos houve em que foram dados passos positivos nesse sentido, mas essa construção democrática nunca foi verdadeiramente conseguida e bastas foram as vezes em que sofreu sérios revezes.

Nos últimos anos, com particular incidência para a última década, foram dados vários passos atrás na construção do “Estado social” que, não tendo sido destruído, foi, no entanto, gravemente debilitado com políticas que, paradoxalmente, muitas vezes se afirmavam suas defensoras, mas o fragilizaram através das mais variadas restrições, falta de investimento, redução de recursos humanos e materiais e de um progressivo envolvimento de operadores privados, a que quem foram atribuídas responsabilidades que, muitas vezes, conflituaram e concorreram diretamente com as respostas públicas. Foram várias as estratégias que, nesse sentido, os governos desenvolveram, tais como a contratualização, a externalização ou as parcerias público-privadas.

Reconhecidamente “bem público”, à Educação deveria ser atribuído um valor económico e social relevante, o que obrigaria ao aumento dos investimentos nas áreas do ensino e da formação e à criação de condições adequadas para que, em contexto de bom ambiente escolar, se tornasse possível construir e reconstruir saberes, competências, valores e mesmo referências democráticas, tudo isto num quadro de exigência relativamente à qualidade das respostas.

## **A subversão da escola pública**

O ataque à Escola Pública não é novo. Em determinados momentos desenvolveu-se enquadrado numa lógica de fundamentalismo economicista, marcada por um permanente sub-financiamento e sucessivas restrições orçamentais, que levou a uma progressiva fragilização da sua capacidade de resposta

em diversos domínios: educativo, sócio-educativo e social. Hoje, contudo, estamos perante um quadro diferente, cuja matriz nega, claramente, a assunção, pelo Estado, das suas funções sociais e se orienta para a destruição dos serviços públicos que as concretizam.

É neste processo de dismantelamento do “Estado social” e sua substituição por respostas, aos mais necessitados, de mero assistencialismo, que hoje se desfere o ataque à Escola Pública, visando alguns dos seus principais fundamentos e alicerces e dando força à ideia de promoção do setor privado, através, por exemplo, da “constitucionalização” do princípio da “liberdade de escolha”. Na verdade, um princípio que não merece enquadramento constitucional e que, se vier a merecer, abrirá portas ao financiamento total das respostas educativas privadas. A justificação para uma opção desse tipo

seria o previsível colapso da Escola Pública, daí uma alegada necessidade de ser criado, em alternativa e substituição, um “serviço público de educação”, financiado pelo Estado, independentemente da natureza do seu promotor.

Este objetivo é, há muito, perseguido pela direita, cujas políticas neoliberais vão no sentido de derrubar o conceito de Educação como um bem social de interesse público, a que todos deverão ter acesso gratuito e oportunidades iguais de sucesso. Pretendem que a Educação se transforme num produto que, como qualquer outro, passaria a ser negociado no âmbito da entidade sem rosto que dá pelo nome “mercado”, sabendo-se que, à escala mundial, o “mercado da Educação” é dos mais valiosos e lucrativos e, por esse motivo, apetecido. Se outras razões não houvesse, nomeadamente no plano ideológico, esta já seria suficientemente forte para que os poderosos pretendessem assegurar o controlo total da Educação, riscando do currículo e da organização da escola qualquer laivo de democracia e afastando a comunidade educativa da definição das políticas, competência reservada ao poder.

Como produto, a Educação estaria condicionada às regras do mercado, sendo disponibilizado, a cada comprador, o pacote adequado à sua disponibilidade financeira (ou ao crédito que conseguisse da banca). Então, o Estado suportaria uma base mínima, que corresponderia ao seu contributo para a oferta em escolas públicas e o financiamento ao privado (com níveis que corresponderiam ao desempenho das escolas, medido pelos “rankings” tão do agrado da direita), cabendo às famílias pagar o restante, de acordo com a qualidade pretendida e, como já referido, as suas disponibilidades.

Estaria, assim, criado um serviço nacional de educação que negaria a Escola Pública, designio constitucional democrático. Reforça-



-se o facto de a Constituição da República Portuguesa (CRP) não referir a existência de um qualquer serviço nacional de educação, mas de uma rede de estabelecimentos públicos de oferta universal: “O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.” (Artigo 75.º da CRP, n.º 2).

A opção por políticas neoliberais ainda mais acentuadas, com medidas como a do “cheque-ensino”, estaria facilitada. Nesse estádio, já seriam os estabelecimentos a escolher os “dotados” para os frequentarem, cabendo ao Estado pagar integralmente a formação das suas elites, deixada a cargo dos operadores privados. Para os restantes – pobres, excluídos, crianças e jovens com necessidades educativas especiais, entre outros –, restaria o acesso a vias profissionais desqualificadas, com ensinamentos básicos no âmbito da língua portuguesa, do inglês, da matemática e de uma área profissional escolhida de acordo com as chamadas capacidades ou vocação do aluno. Desta escola sairia o futuro cidadão obediente, acrítico, resignado e até, talvez, agradecido, apto a transformar-se em elemento de uma qualquer cadeia de produção, pago por um prato de lentilhas, descartável e criador de riqueza destinada a satisfazer a ganância ilimitada do capital.

### **Escola pública: da fragilização à extinção**

Os últimos anos, principalmente os da última década, como já se afirmou, foram de fragilização da Escola Pública. Salvo raras exceções, o financiamento das escolas e do sistema, de uma forma geral, sofreu decréscimos que se refletiram no surgimento das mais diversas debilidades, no que respeita à sua capacidade de organização pedagógica, ao seu funcionamento e às suas respostas. A Escola Democrática começou, então, a correr sérios riscos. Para além das escolas, também a qualidade educativa se ressentiu (tendo de ser tomadas medidas do foro administrativo para que as taxas de sucesso e abandono melhorassem), a instabilidade do corpo docente agravou-se e as famílias viram desvalorizar-se os níveis de ação social escolar, quase que na proporção inversa ao seu empobrecimento.

O problema, contudo, ainda se agravou mais com a chamada “crise do euro”, sendo Portugal levado a pedir a intervenção estrangeira que, a par de uma alegada ajuda financeira – ou melhor, fazendo condicionar essa ajuda – pretende e está a impor regras de organização e funcionamento da sociedade que constituem uma efetiva ingerência e põem em risco aspetos essenciais da nossa soberania. As medidas impostas, a curto prazo, levarão à destruição de serviços públicos e à transferência de respostas para o setor privado, numa completa perversão das funções sociais do Estado. Inviabilizada a afirmação e consolidação da Escola De-



**Para além do problema do emprego, também as alterações curriculares que o governo pretende fazer, dada a matriz antissocial e anti-democrática que comportam, são fator de enorme preocupação.**

mocrática (assim considerada por dever ser pública, de qualidade, gratuita, inclusiva...) e extinta a classe média, passaríamos a ter uma escola “a duas velocidades”: a dos ricos e a dos pobres. A dos ricos, como sempre acontece nestas histórias de exploração, encontraria forma de suportar os estudos a um ou outro pobre, condição essencial para aparentar preocupações sociais e, sobretudo, para ocultar a sua verdadeira natureza. Ao mesmo tempo, numa sociedade empobrecida, seria forma de manter expectativas e fomentar ambição individual de ascensão social e económica, residindo, nesses casos excepcionais, os exemplos de sucesso: “Veio do nada, subiu a pulso e hoje é alguém!”. Poderia ser esse o lema do novo paradigma de uma sociedade de profunda exploração do homem pelo homem, que ocultaria o facto de se tratar de uma questão de ideologia para o reduzir a um problema de (in)capacidade intelectual das crianças e dos jovens.

### **Cortes em 2011 e 2012 provocarão ruturas gravíssimas**

O ataque que, em 2011, foi desferido contra a Educação está a ser de um elevadíssima dureza, embora só agora se vá perceber em toda a sua extensão. Sem ter em conta os cortes no ensino superior e nas autarquias, que têm hoje responsabilidades acrescidas neste domínio, principalmente, no apoio aos alunos e às suas famílias, a redução orçamental foi de 803 Milhões de euros. As consequências desta redução estão a fazer-se sentir em todas as suas dimensões desde o início do ano letivo (setembro), momento a partir do qual as escolas foram obrigadas a organizarem-se e a funcionarem de acordo com novas regras de que resultou, para já, a degradação das condições de trabalho de docentes e não docentes, nomeadamente ao nível dos seus horários, a perda de horas para o desenvolvimento de cargos, funções e projetos nas escolas, o aumento do número de alunos por turma (já imposto ao 1.º ciclo do ensino básico), a redução dos rendimentos do trabalho (um corte médio de 5% nos salários, aplicável desde Janeiro, e outro de 3,2% que resulta do corte de cerca de metade do subsídio de Natal) e o aumento do desemprego (que se estendeu, este ano, a mais 12.500 docentes).

Para 2012, o corte na Educação (incluindo, neste caso, a educação pré-escolar e os ensinos básico, secundário e superior) fá-la baixar de 4,7% para 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Portugal passará, assim, a ocupar o último dos 27 lugares da União Europeia nesta relação da Educação com o PIB, correspondendo este corte a um valor superior a 1.500 Milhões de euros. A título de comparação, na OCDE é recomendado que os países reservem 6% do seu PIB para a Educação, na década de 90 os próprios

governantes (recorde-se Roberto Carneiro) defendiam os 7% e no Brasil, neste momento, a luta é pelos 10%!

Não será possível, com esta brutal redução aplicada nestes dois anos (2011 e 2012), garantir o normal funcionamento das escolas e do sistema. As ruturas são eminentes e a Escola Pública, tal como a conhecemos e a CRP consagra, tenderá a definir e desmorrar-se, caso não nos consigamos opor a este violento rombo que está prestes a ter lugar. Da parte do governo do PSD e do CDS não se trata apenas de um caso de irresponsabilidade política, é uma opção, é intencional: destruir a Escola Pública está no seu horizonte! Esse é um objetivo estratégico da direita neoliberal e reacionária que governa Portugal sob as ordens dos centros de decisão internacional.

O corte orçamental previsto para 2012 assenta, sobretudo, na redução do número de trabalhadores e do valor do seu trabalho. O governo pensa poder reduzir gastos com novos cortes nos rendimentos (14,3% com eliminação dos subsídios, 3,5% com congelamento salarial face à inflação, um valor indeterminado com aumento de impostos) e com a extinção, só no caso dos docentes, de cerca de 30.000 postos de trabalho, o que

levará ao despedimento de quase todos os contratados e à dispensa de milhares dos que se encontram nos quadros.

As principais medidas que permitirão essa razia no emprego terão impactos muito negativos na Educação: alterações curriculares (que se traduzirão num corte orçamental de 102 Milhões de euros), encerramento de mais escolas e criação de novos mega-agrupamentos (corte de 54 Milhões) e outras medidas a que chamam de racionalização, tais como o aumento generalizado do número de alunos nas turmas e a extinção dos projetos de promoção do sucesso e combate ao abandono escolar, no valor de 101 Milhões. No ensino superior, anuncia-se a extinção de cursos e teme-se o mesmo em relação às próprias instituições, valendo essas e outras medidas mais de 100 Milhões.

### Os desafios exigentes que a atual política compromete

O sistema educativo português tem, pela frente, importantes e muito exigentes desafios a que tem de responder positivamente, destacando-se, de entre todos, a efetivação do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e a redução das taxas de abandono e de insucesso escolares para

níveis baixos (em 2015) que, mais tarde, deverão passar a residuais (2020). Não é crível que os consiga ganhar neste quadro de ataque, desmantelamento e destruição da Escola Pública, tal como a CRP a define: Democrática!

Para além do problema do emprego, também as alterações curriculares que o governo pretende fazer, dada a matriz antisocial e anti-democrática que comportam, são fator de enorme preocupação, tanto mais quando começa a constar que passarão pela redução de horas em disciplinas como a História e a Geografia, entre outras intervenções no âmbito das expressões e também no que respeita à segunda língua estrangeira.

É assim o “cratês”, pouco mais do que velha escola fascista, com a diferença de o “ler” e “escrever” não se limitar à língua-mãe, mas se estender à do capital e do dólar, e a matemática ter abandonado o quadro preto que trocou pelo interativo. De resto, é a negação do preceito que a CRP estabelece, designadamente no seu artigo 73.º, número 2: “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a

Pub

# NO ADERIR É QUE ESTÁ O GANHO!

ADIRA JÁ AO CARTÃO **PROFESSOR**   
 NUMA LOJA STAPLES E RECEBA GRATUITAMENTE  
 A 2ª EDIÇÃO DA REVISTA **PROFESSOR**   
 APROVEITE AINDA A QUADRA NATALÍCIA E DELICIE-SE  
 COM AS NOSSAS OFERTAS PARA ESTE NATAL.

CONHEÇA TODAS AS VANTAGENS DO CARTÃO **PROFESSOR** 

- Reembolso Quadrimestral de 7,5% em papelaria, material escolar, calculadoras, dicionários e gramáticas;
- Reembolso Quadrimestral de 10% em serviços do Centro de Cópias e Impressão;
- Reembolso e desconto imediato em produtos selecionados;
- Parcerias diversas;
- Campanhas e ofertas personalizadas.

CONHEÇA AINDA OS DESTAQUES DA 2ª EDIÇÃO DA REVISTA **PROFESSOR** 

- Novo acordo ortográfico: o que mudou?
- Twitter e QR-Code como ferramentas dinamizadoras do ensino;
- Especial Educadores de Infância;
- Sugestões de atividades para celebrar o Natal.

Conheça as condições gerais do Cartão **Professor**  em [www.professormais.com](http://www.professormais.com) ou numa das 35 lojas Staples.



Faça parte da comunidade online **Professor**  no Facebook. Faça “Gosto” e fique a par das novidades e campanhas da comunidade exclusiva Cartão **Professor**  [www.facebook.com/staplesprofessormais](http://www.facebook.com/staplesprofessormais)



**STAPLES**

É tão fácil.



igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.”

### Defender a escola e os serviços públicos obrigando a outras políticas

Que fazer?! Tudo o que estiver ao nosso alcance para impedirmos este rumo que constitui um efetivo retrocesso educativo e civilizacional. Defender a Escola Pública e exigir respeito pela CRP e pelos cidadãos! Lutar contra o Orçamento do Estado para 2012 que a direita apresentou, ainda que ele venha a ser imposto! Denunciar este atentado à democracia portuguesa que poderá, também neste domínio, sofrer um retrocesso de décadas! Juntar esforços, juntar vozes, juntar cidadãos trabalhadores do nosso país numa só exigência: a de que os governos desenvolvam políticas capazes de devolver ao Estado a capacidade e competência para assumir, por inteiro, as suas responsabilidades e funções sociais.

Há alternativas a este processo de desmantelamento dos serviços públicos e a este empobrecimento dos portugueses, imposto pela redução dos seus salários e aumento dos impostos, como sejam a taxaçaõ justa da banca e das grandes empresas, o fim dos off-shores, a taxaçaõ das operaçaões em bolsa e um combate efetivo e eficaz à fuga e à fraude fiscais.

O problema que, também em Portugal, se está a viver é de ordem política; política deverá ser a resposta a dar pelos trabalhadores, como por todos os cidadãos que defendem um país justo, solidário, desenvolvido e soberano! ●



LUÍS PESCA (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública)

## A precariedade levada ao extremo

Há vários anos que os trabalhadores não docentes das escolas organizados na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, esperam e reivindicam uma política de gestão de recursos humanos que dignifique a sua profissão e que faça jus às necessidades das escolas. Ao invés, sucessivos governos têm colmatado a falta de pessoal não docente – transversal a todas as escolas – com formas de contratação de emprego precário e que em nada resolvem as carências. Falamos da contratação de milhares de trabalhadores para prestarem duas a quatro horas de trabalho diário, a 3€ à hora e por menos de um período lectivo, para o exercício de qualquer função.

Falamos do recurso à mão-de-obra dos trabalhadores desempregados (CEIS). Falamos dos trabalhadores cujos contratos terminaram a 31 de Março e 31 de Agosto, que se mantém nas escolas mas que ainda não foram integrados nos mapas de pessoal. Todos estes trabalhadores realizam funções de carácter permanente e são fundamentais para garantir o bom funcionamento das escolas. Como tal, devem ver os seus respectivos vínculos regularizados, assim como os seus conteúdos funcionais respeitados e correctamente definidos, nomeadamente através

da criação de uma carreira específica dos trabalhadores não docentes.

A somar aos problemas sectoriais, os trabalhadores não docentes são sujeitos ao brutal ataque aos direitos de todos os trabalhadores da Administração Pública no que toca ao emprego, carreiras e ao roubo nos salários e subsídios – ataque esse encetado pelo Governo PSD/CDS e consentido por PS.

Perante este quadro insustentável, os trabalhadores não-docentes das escolas do ensino público irão aderir em massa à greve-geral de 24 de Novembro pela resolução dos seus problemas e por uma escola pública e democrática. ●



HELENA AFONSO (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local)

## Estado, Administração Pública e Direitos Sociais

As autarquias locais têm vindo a sentir ao longo dos anos sérias dificuldades na manutenção, recuperação e construção de novos edifícios escolares do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, porquanto esta transferência de competências não foi acompanhada pelas respectivas transferências de meios humanos e recursos financeiros correspondentes.

Situação que se agravou desde então com a transferência de mais valências educativas, de toda a rede pública de escolas de ensino básico e com a transferência

para os quadros de pessoal das autarquias dos trabalhadores não docentes que, pese embora a sua transferência possa nalgumas autarquias ter aumentado em muito os mapas de pessoal, o seu número continua a ser muito inferior ao que seria desejável para fazer face às necessidades da população educativa.

Neste quadro têm sido as autarquias que, para darem resposta às necessidades educativas locais e melhorarem o serviço público que prestam, têm procedido à contratação de mais trabalhadores para a

acção educativa e educação especial, assumindo todos os encargos financeiros inerentes à mesma, atendendo a que o protocolo estabelecido com o Ministério da Educação só prevê a contrapartida financeira sobre o número de trabalhadores transferidos e não os contratados directamente por estas.

As transferências financeiras processam-se, na maior parte das vezes, tardiamente e são manifestamente insuficientes, porquanto não contemplam a evolução profissional e salarial dos trabalhadores, o que cria desigualdades entre estes e os restantes, quer sejam das autarquias locais quer sejam do Ministério da Educação.

Estamos perante uma situação criada sob orientações estabelecidas por uma política governativa neoliberal dos anteriores governos e aprofundada pelo actual, de esvaziamento da Administração Pública, quer seja pelo despedimento, pela colocação em mobilidade especial, ou pela não contratação de trabalhadores, nomeadamente daqueles que são imprescindíveis ao bom funcionamento deste serviço público, o que agrava as condições de trabalho e reduz a qualidade do serviço público prestado.

No quadro político actual aprofunda-se e acentua-se a aposta na privatização e empresarialização dos serviços públicos, tendo sido criadas as condições favoráveis em muitos municípios para que o recurso ao associativismo e algum tecido empresarial local (IPSS's, empresas de origem duvidosa criadas para o efeito, etc.) seja a forma de resposta às necessidades educativas da população. Resposta que vem no caminho do associativismo e não do serviço público, resposta que procura enfrentar atrapalhadamente deficiências e não resolvê-las de forma efectiva. Da mesma forma que outras, por falta de recursos financeiros, utilizarão o recurso a contratos a prazo, à reinserção social e aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego ou outras formas de contratos precários.

Acresce a tudo isto a situação dos trabalhadores das AEC's (Actividades de Enriquecimento Curricular) e dos CAF's (Componente de Apoio à Família), que vivem situações de profunda instabilidade laboral, sujeitos às mais variadas chantagens e falta de condições de trabalho, com vínculos precários que podem ir de uma semana a um mês, pagos à hora com valores irrisórios e, salvo raras excepções em que as autarquias os contrataram com vínculo definitivo, raramente excedem os 10 meses de contrato. ●

Texto completo em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)



**CONCURSO**  
A representação social do Professor

# O olhar das crianças e dos jovens

Entrega dos trabalhos até ao dia **31 de Março de 2012**

Consulte o Regulamento em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

Organização:  Apoio: 



## BLOG

### "A Escola do Mar"

Hoje o professor deu-nos uma notícia fantástica: era um concurso. O título era "como os alunos vêem os professores". O concurso é para fazer desenhos. Os professores vão escolher cinco desenhos e vão para a FENPROF. O 1º classificado ganha cem euros.

<http://aescoladomar.blogspot.com/2011/11/concurso-de-fenprof.html>

## Madrid: FENPROF na Jornada Internacional em Defesa da Educação Pública

# “O tempo é de resistência, luta e construção de alianças com outros actores e movimentos sociais”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

No dia 22 de Outubro, cerca de 100 mil professores espanhóis participaram na Marcha sobre Madrid contra os cortes e em defesa da educação pública.

A Marcha sobre Madrid pela escola pública foi uma grande jornada de luta, promovida por todos os sindicatos de âmbito nacional da área da educação, a que se associaram pais e alunos, assim como a Internacional de Educação, o Comité Sindical Europeu de Educação e organizações sindicais de professores de vários países europeus, entre as quais a FENPROF.

Na véspera, as delegações internacionais participaram numa Jornada Internacional em Defesa da Educação Pública, da qual fizeram parte um encontro com a comunicação social, uma reunião de trabalho com dirigentes das entidades promotoras da Marcha e um debate aberto à participação de professores.

A delegação da FENPROF foi constituída por Manuela Mendonça e Vitor Gomes, que manifestaram a solidariedade dos professores portugueses para com os seus colegas espanhóis, considerando que os problemas e os desafios que enfrentam são, no essencial, os mesmos e só reforçando uma acção global poderão responder a um ataque que também é global.

### Três ideias centrais

Manuela Mendonça, Coordenadora do SPN e membro do Secretariado Nacional da FENPROF, realçou a importância de “uma resposta sindical à escala europeia” e destacou três ideias:

“A primeira é que em Portugal estamos a viver uma situação económica e social muito difícil. Os planos de austeridade sucedem-se, com consequências dramáticas ao nível do agravamento da recessão económica,



“

**“A unidade na acção tem de atravessar fronteiras em busca de uma forte concertação de esforços sindicais nos vários planos internacionais, começando, naturalmente, pela Europa”.**



da precariedade e do desemprego, das desigualdades e da pobreza. Esta semana o debate público em Portugal está centrado na proposta de Orçamento de Estado para 2012, um orçamento que vai muito além do programa imposto pela “troika” (UE / BCE / FMI), constituindo o mais forte ataque às condições de vida e de trabalho da maioria da população desde a restauração da democracia em 1974. Estão previstos mais impostos, mais cortes em salários e pensões (para os funcionários públicos e pensionistas, a totalidade dos dois subsídios, de férias e de Natal, em 2012 e 2013), o aumento (não pago) do horário de trabalho para os trabalhadores do sector privado, e uma forte diminuição dos três pilares da função social do Estado (saúde, educação e segurança social), para referir apenas alguns aspectos.

“A segunda ideia é que a escola pública está sob uma grave ameaça. Um novo corte de mais de 800 milhões de euros na educação põe em risco milhares de postos de trabalho, assim como a qualidade e equidade do serviço educativo. Estão previstos mais cortes no número de escolas (por via do encerramento demais escolas do 1º CEB, ou da fusão de escolas EB2/3 e secundárias em grandes unidades organizacionais), cortes nas tutorias e no apoio educativa alunos com

dificuldades, cortes nos planos e projectos de combate ao abandono e insucesso escolares, cortes nas ofertas educativas e na carga horária dos alunos, cortes no currículo da educação básica, ...cortes, cortes, cortes.

No ensino superior, um corte de 200 milhões pode levar ao despedimento de professores, ao aumento das propinas, à diminuição dos apoios sociais, entre outras medidas. As dificuldades criadas à escola pública com estas fortíssimas restrições orçamentais são insustentáveis e inaceitáveis. A educação, a ciência e a investigação são sectores estratégicos demasiado importantes para o desenvolvimento dos países para estarem sujeitos a uma tal asfixia financeira (...)

“E chego à terceira ideia: o tempo é de resistência, de luta e de construção de alianças com outros actores e movimentos sociais. A defesa de uma escola democrática, pública, de todos e para todos, está no centro de um conjunto de iniciativas que a FENPROF tem vindo a dinamizar, como a criação de uma Plataforma Educação (constituída por professores, pais, estudantes, psicólogos, inspectores, funcionários das escolas,...); conferências de imprensa com directores de escolas públicas para denunciar a degradação das condições de trabalho decorrente dos cortes, debates e tribunas públicas, audiências com partidos políticos e órgãos de soberania, concentrações e manifestações. E na greve geral convocada pelas duas centrais sindicais para o dia 24 de Novembro (a terceira greve conjunta em 37 anos de democracia), reafirmaremos que não há saída da crise que não passe por mais e melhor educação”.

### Resposta sindical à escala europeia

Ao sublinhar que “a unidade na acção tem de atravessar fronteiras em busca de uma forte concertação de esforços sindicais nos vários planos internacionais, começando, naturalmente, pela Europa”, Manuela Mendonça destacou: “É urgente uma resposta sindical à escala europeia contra a ofensiva anti-social que está em curso. Valorizando os avanços democráticos e progressistas que têm ocorrido, especialmente na América Latina, temos que questionar este projecto europeu e lutar por uma Europa solidária, de coesão económica e social, de cooperação e de integração, uma Europa de progresso e não de retrocesso.”

“José Saramago (o nosso Nobel da literatura que gostava tanto do vosso país) disse um dia que “Nós somos a memória que temos ea responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”. É em nome dessa responsabilidade e dessa memória histórica que, como cidadãos, como educadores, e, especialmente, como sindicalistas, não podemos – e não iremos – aceitar o que querem impor-nos: uma regressão em direitos laborais e sociais arduamente conquistados”, concluiu. ●



## Manifiesto en defensa de la educación pública

(...) Debemos situar a la educación pública en el eje de las prioridades políticas, sociales, ciudadanas y familiares.

Debemos reconocer que sólo ella puede hacer efectiva la igualdad de oportunidades, convertirse en herramienta de progreso y ofrecer perspectivas a toda la gente joven sin exclusión.

Debemos aumentar su prestigio y respaldar a su profesorado con nuestro apoyo y confianza. Cuando algunos políticos desacreditan a los docentes de la enseñanza pública, se descalifican a sí mismos. Por eso exigimos que se valore públicamente la importancia de la educación y de todos los trabajadores y trabajadoras del ámbito educativo, con hechos, con palabras y actitudes.

Debemos financiarla adecuadamente y protegerla de los recortes presupuestarios y de las consecuencias de la mala gestión de la crisis económica. Por eso exigimos que se retire inmediatamente el castigo a la educación pública y, en vez de decapitar programas y reducir plantillas, se busquen fórmulas para aumentar la inversión y se recorten los enormes gastos suntuarios de las administraciones públicas.

Estamos luchando por la supervivencia, por el auge y el sentido de la educación pública. Nuestras armas son la voluntad de vivirla y el afán de trabajar por ella. Y esta es nuestra voz, muy alta para que todos la oigan:

Si hay alguna tarea que desempeñar, es la educación.

Si hay algún camino que recorrer, es la educación.

Si hay alguna herencia que ofrecer, es la educación.

Si hay alguna riqueza que explorar, es la educación.

Si hay alguna manera de cambiar las cosas, es con la educación.

Si hay algún sueño que dure siempre, si hay algún camino para la libertad y la justicia, es el de la educación.

Porque la educación salta barreras, une fronteras, descubre tesoros y proyecta esperanzas. Nos construye, nos enriquece y nos da libertad para mejorar el mundo. La educación cambia la vida. La educación es el futuro. Y la educación pública garantiza ese futuro. Para todas las personas, sin diferencias. ●

**Porque la educación salta barreras, une fronteras, descubre tesoros y proyecta esperanzas. Nos construye, nos enriquece y nos da libertad para mejorar el mundo. La educación cambia la vida. La educación es el futuro.**

Versão integral em

[http://www3.feccoo.net/bdigital/int/20111111\\_int/index.htm](http://www3.feccoo.net/bdigital/int/20111111_int/index.htm)

# Solidariedade internacional com a luta dos professores portugueses

**A FENPROF denunciou a situação da Educação em Portugal e apelou, a organizações de todo o Mundo, que manifestem as suas posições junto dos principais responsáveis políticos. As tomadas de posição começaram a chegar, como revela a página eletrónica da Federação. Aqui deixamos curtas passagens de algumas dessas mensagens solidárias.**

## BRASIL

A CNTE/Brasil e seus sindicatos associados unem-se à FENPROF nestes momentos importantes de mobilizações: a Manifestação Geral dos Trabalhadores da Administração Pública, marcada para dia 12, e a Greve Geral de 24 de novembro, junto com a CGTP-IN e UGT. É inegável a força, coerência e unidade do movimento social português em defesa da educação pública e a exigência que o Estado garanta o investimento acima de 5% do PIB em Educação. | **CNTE, Brasil**

## FRANÇA

Nous avons été alertés par nos camarades syndicalistes enseignants de la FENPROF sur la situation particulièrement dramatique et inquiétante d'un secteur pourtant décisif pour l'avenir d'une nation, celui de l'éducation et de ses personnels. En effet, la FENPROF a attiré notre attention sur le fait qu'en 2010 et 2011, le budget de l'éducation a été réduit de 803 millions d'euros, passant de 5.1 % du PIB à 4.7%. Le projet pour 2012 propose une nouvelle réduction à 3.8% du PIB, ce qui

correspond à une réduction totale de 1500 millions d'euros. | **SNES/FSU, França**

## GALIZA

Sendo moi graves todas as medidas que se están a aplicar en Portugal consideramos aínda se cabe moito máis perigosas as que se están a aplicar no ensino pois atacan unha das bases sobre as que se debe construír unha sociedade igualitaria; a redución de docentes, a precarización das condicións laborais, redución de salarios e pensións, rebaixa nos orzamentos e peche de escolas xunto con outras graves medidas que afectan á maioría da poboación portuguesa son ataques inaceptábeis. | **GIC-Ensino, Galiza**

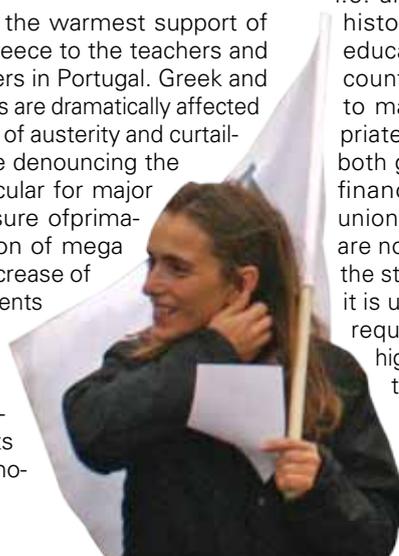
## GRÉCIA

OLME expresses the warmest support of the teachers of Greece to the teachers and all the other workers in Portugal. Greek and Portuguese workers are dramatically affected by the same policy of austerity and curtailments (...). We are denouncing the reduction of curricular for major subjects, the closure of primary schools, creation of mega school clusters, increase of the number of students per class, the extinction of school projects aimed to combat school failure, the curtailments in operation of scho-

ols. We are protesting for this policy and we declare our full support to the teachers and workers of Portugal. We are calling for a protest outside the Portuguese Embassy in Greece (Vassilisis Sofias 23), on Thursday, 24/11/11 at 13.00 (day of the 24 hours general strike in Portugal). With our common fights we will reverse the neoliberal policies of E.U., IMF and of the Greek and Portuguese Governments. | **OLME, Grécia**

## IRLANDA

Together with FENPROF, and indeed in harmony with educators all over the world, it is our firm belief that investment in higher education should never be regarded simply as expenditure. It is what it's termed to be i.e. an investment. Furthermore, our history shows that an investment in education reaps rich dividends for any country which is enlightened enough to maintain the investment at appropriate levels. Ireland and Portugal are both going through very difficult times financially. Both your union and our union are very conscious of this. We are not naive nor are we in denial about the state of the real economy. However, it is undeniable that both countries will require a vibrant energetic and relevant higher education system if we are ever to drag ourselves out of the depths of economic stagnation to which we have been reduced. | **Federation of University Teachers, Irlanda**



## NOTA DA REDACÇÃO

# Acordo Ortográfico Iniciativa Legislativa de Cidadãos



**A propósito do Acordo Ortográfico** e da sua adopção pelo JF foi referida a existência de uma Iniciativa Livre de Cidadãos. Tratou-se de uma gralha, pela qual pedimos desculpa

aos nossos leitores. O que está efectivamente em curso é uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC) pela revogação da entrada em vigor do Acordo Ortográfico.

Uma ILC é uma figura prevista no Regulamento da Assembleia da República mediante a qual um grupo de cidadãos pode submeter um Projecto de Lei à votação em plenário. No caso vertente, esta ILC visa revogar, não o Acordo Ortográfico propriamente dito, mas a Resolução 25/2008, que o implementa em Portugal. A suspensão do AO pretende

criar condições para que efectivamente se averigue a necessidade de um acordo ou, no mínimo, para que se corrijam as graves deficiências que unanimemente se lhe reconhecem.

O formulário de subscrição e toda a informação sobre esta ILC estão disponíveis no site oficial da iniciativa, em [ilcao.cedilha.net](http://ilcao.cedilha.net) cuja visita sugerimos a todos os professores, tendo em conta a relevância deste tema para tudo o que se relaciona com o ensino em Portugal. ●

## ANO LETIVO 2010-2011

### Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

# Compensação Financeira das remunerações dos Educadores de Infância

**Em face da interpelação** feita pela FENPROF aos Ministérios da tutela (Ministério da Educação e Ciência e Ministério da Solidariedade e Segurança Social) a pressionar o Governo a responder rapidamente à ausência da publicação do despacho que estabelece o apoio financeiro às IPSS's, Misericórdias e Mutualidades referente ao ano letivo 2010/2011, obtivemos a informação de que aquele despacho conjunto se encontra para publicação em Diário da República.

Após a publicação do despacho, as Instituições terão de se candidatar eletronicamente através de formulários que se encontram disponíveis no endereço [www.ggf-min-edu.pt](http://www.ggf-min-edu.pt) do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência.

É de salientar a importância da intervenção da FENPROF junto do Governo, atendendo a que a não publicação do despacho conjunto estava a criar situações muito graves para os trabalhadores destas Instituições,

designadamente porque poderia vir a verificar-se atraso ou o pagamento faseado da retribuição mensal, assim como existia a probabilidade de não ser pago o subsídio de Natal.

A FENPROF manter-se-á atenta e acompanhará empenhadamente esta situação pela defesa dos direitos dos docentes que trabalham nestas instituições.

Em caso de dúvida deverá contactar o respetivo sindicato. ●

Pub

Em cada  
mês mais  
paixão

The advertisement features a central illustration of Santa Claus holding a stack of magazines. To his left are two magazine covers: 'Educadores de Infância' (Issue N.º 75) with a man and child in Santa hats, and 'The Teacher's Magazine Christmas' with a festive green cover. To his right is the 'Figuras 19' magazine, which includes sections for 'Comida Saudável', 'As estações', 'Aniversário', and 'Abecedário'. The background is a colorful rainbow.

Pomos o coração nas nossas publicações, apoiando e incentivando a tarefa docente para, assim, contribuímos para a formação de crianças e jovens.

À venda, em todos os quiosques. Reserve-as já!

## 12 a 15 de Julho 2012 IX Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação

Decorre até **15 de Dezembro** o prazo para submissão de propostas de trabalhos a apresentar no IX Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, que se encontra agendado para os dias 12 a 15 de Julho próximo, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Promovido pela Secção de História da Educação (Portugal) e pela Sociedade Brasileira de História da Educação (Brasil), o Congresso tem como tema central “Rituais, Espaços e Patrimónios Escolares” e destina-se a investigadores, professores, alunos de pós-graduação e outros profissionais que se dedicam ao estudo de temáticas relacionadas com a história da educação, em Portugal e no Brasil. O evento reunirá investigadores e professores das comunidades científicas que, em ambos os países, se dedicam ao estudo de temáticas relacionados com a história da educação e que ao longo dos anos têm vindo a construir sólidos laços de intercâmbio científico, concretizados em projectos comuns. ●

## Açores Guia internacional lançado pela UAç



A **Universidade dos Açores (UAç)** publicou recentemente um Guia Internacional, com o objectivo de dinamizar as suas relações internacionais. Este documento tem como objectivo fornecer às Instituições de Ensino Superior

parceiras e aos estudantes estrangeiros informações práticas sobre a UAç, as suas infra-estruturas, os seus serviços e departamentos. O guia pretende, ainda, facilitar a integração de estudantes internacionais no âmbito académico e cultural, através de informações sobre a Região, nomeadamente no que diz respeito à localização e clima, história e cultura, língua, transportes e actividades de lazer. ●

## Na Cordoaria Nacional “O Mundo dos Dinossáurios”

Por entre florestas, bosques e desertos, podemos descobrir os temíveis répteis velociraptors, oviraptor e t-rex ou o mais simpático raquioussauo. A Cordoaria Nacional, em Lisboa (Av. da Índia), transforma-se para receber “O Mundo dos Dinossáurios”, uma exposição didáctica que até 1 de Janeiro próximo, mostra, para além das várias espécies de dinossáurios – feitos à escala real –, também os ambientes onde estes viveram. Mas a experiência é bem animada. Podemos ver, bem de perto, os répteis do “Parque Jurássico”, como o assustador t-rex, mas eles também podem reagir à nossa presença com movimentos e som... Este “Mundo dos Dinossáurios” divide-se em cinco áreas distintas: o “Estúdio de Cinema”, logo à entrada da exposição, onde é possível ver um filme de três minutos sobre a extinção dos dinossáurios (o acesso é pago: €2/visitante); a “Galeria de Fósseis”, um campo de escavação paleontológica onde se pode observar ossadas e esqueletos; o “Espaço Criança” onde os mais jovens são convidados a interagir; uma loja de recordações; e, claro, a propriamente dita “Exposição de Dinossáurios” com réplicas à escala real. Preços especiais para grupos e escolas. A exposição funciona de segunda a quinta-feira das 10h00 às 18h00, às sextas e sábados das 10h00 às 22h00; e aos domingos e feriados das 10h00 às 20h00. ●

+ INFO <http://omundodosdinossauros.com>

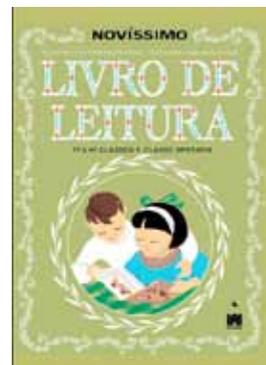
## 32 línguas Lingu@net Worldwide

O Lingu@net Worldwide é um sítio multilíngue na Internet destinado a professores e alunos de línguas, bem como a todos quantos se interessam pelo seu ensino e aprendizagem, que disponibiliza recursos com garantia de qualidade, desde o nível de iniciação ao avançado. Actualmente, o Lingu@net Worldwide está acessível a falantes de 32 línguas, que incluem a maior parte das línguas europeias e ainda chinês, árabe, hindi e japonês. Neste momento, contém perto



de 5000 recursos, desenvolvidos por especialistas em aprendizagem de línguas, provenientes de toda a Europa. Fornece a professores, formadores e a quem tem actividades relacionadas com concepção curricular nesta área, acesso a informação e apontadores para recursos de qualidade de todo o mundo. Os aprendentes mais autónomos encontram orientações e informação sobre como aprender uma nova língua e podem aceder a materiais de aprendizagem e textos autênticos. Quem o desejar, tem a possibilidade de sugerir novos recursos para a aprendizagem do português ou as suas ideias sobre a aprendizagem das línguas. ●

+ INFO [www.linguanet-worldwide.org](http://www.linguanet-worldwide.org)



## 1.ª a 4.ª classes e classe operária Novíssimo Livro de Leitura

de **Pedro Monteiro** e **Rodrigo Monteiro**  
Ilustrações: **Tiago Albuquerque**

Desde o final da Monarquia e a Primeira República (período em que germinaram e ganharam corpo muitas das suas sementes doutrinantes), passando pelo Estado Novo (onde amadureceu e ganhou importância como instrumento de cobertura do défice de legitimação do regime), o livro de leitura foi, nos últimos cem anos, rei e senhor das salas de aula. No “Novíssimo Livro de Leitura”, Pedro Monteiro, Rodrigo Monteiro e Tiago Albuquerque oferecem um notável ensaio crítico sobre esses manuais e, simultaneamente, parodiavam os textos mais emblemáticos. “Fazemos uma leitura satírica e, por vezes, um pouco surrealista, com uns laivos de absurdo, desses manuais”, disse à agência Lusa Rodrigo Monteiro, que assina o livro com o irmão, Pedro Monteiro. No exercício de “pirataria literária” a que os textos da obra obedecem, “tentou-se manter alguma da lógica estrutural, temática e linguística dos antigos livros de leitura”, referiu ainda Rodrigo Monteiro. ●

**MÚSICA**

Canções tradicionais da Europa, Ásia e África

**Pedro Osório lança “Cantos da Babilónia”**

“Cantos da Babilónia” é o novo trabalho de Pedro Osório. O CD, lançado em 18 de novembro, inclui 10 composições para piano inspiradas em músicas de diversos pontos do mundo, do Quênia ao Vietname, do Japão à Nigéria, passando pela China ou por Portugal (Beira Baixa) e Espanha. O disco resulta das pesquisas e experiências levadas a cabo ao longo de dois anos e meio por Pedro Osório. Maestro, orquestrador, diretor musical e compositor (“esta última é a minha atividade prin-

cipal”), conhecido pelos inúmeros trabalhos desenvolvidos em diversas áreas da música portuguesa, do fado à música clássica ou à música ligeira, Osório é autor de um vasto trabalho, tendo colaborado e participado em projetos com Carlos Paredes, Simone de Oliveira, Sérgio Godinho, Fernando Tordo, Rui Veloso, Carlos do Carmo, Paulo de Carvalho, Xutos e Pontapés entre outros.

**Cantos da Babilónia** “é um trabalho que foi tomando forma ao longo de cerca de três

anos. A ideia era compor uma série de peças baseadas em excertos de cantos tradicionais de diversos lugares de todo o mundo. Dois anos e meio de experiências e de pesquisa viriam a ser o ponto de partida, tentando, também, abordar essa ideia dos mais diversos modos. Finalmente, optei por uma configuração definitiva: as peças seriam fundamentalmente para piano, com uma utilização frugal de instrumentos samplados ou electrónicos. Uma vez fixada a decisão atirei-me ao trabalho de composição que, seis meses depois, estava terminado. A seguir ao título de cada faixa, é referida a origem geográfica do canto em que se baseia a música correspondente”, como revelou à imprensa.

Pedro Osório foi dirigente do Sindicato dos Músicos e fez parte do 1.º Congresso dos Músicos em 2003.

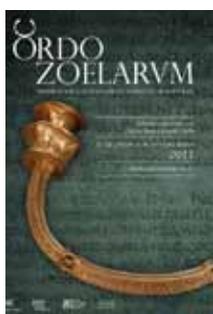
Recentemente publicou o livro “Memórias irrisórias com algumas glórias”. ●

+ INFO [www.pedro-osorio.com](http://www.pedro-osorio.com)



**ARQUEOLOGIA**

**Nordeste em foco no Museu Abade de Baçal (Bragança)**



O Museu Abade de Baçal, na cidade transmontana de Bragança, exhibe até **30 de dezembro** a exposição “Ordo Zoelarm: arqueologia e identidade do nordeste de Portugal”. Mais pormenores pelo telefone 273331595. ●

**LITERATURA**

**À descoberta de Manuel da Fonseca em Santiago do Cacém**

“Manuel da Fonseca, por todas as estradas do Mundo”, é o tema da exposição patente no Museu Municipal de Santiago Cacém (Pç. do Município) até **26 de maio** de 2012. A exposição pode ser visita de terça a sexta-feira, das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 e aos sábados e domingos das 14h00 às 17h00. Mais pormenores pelo telefone 269827375. ●

**FOTOGRAFIA**

**Exposição temporária no CPF (Porto)**

No campo das exposições temporárias, o Centro Português de Fotografia, no Porto, apresenta até **18 de dezembro** “Marin. Fotografias 1908-1940”. Esta exposição pretende homenagear uma das figuras mais marcantes da fotografia e fotojornalismo de Espanha do século XX. ●



**PINTURA**

**Trabalhos de Almeida e Silva na Guarda**

O **Museu da Guarda** (Rua General Alves Roçadas, 30) apresenta até **31 de dezembro** uma exposição com trabalhos do pintor José Almeida e Silva. Mais pormenores pelo telefone 271213460. ●

